

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



Ano 2
Número 12
R\$ 7,00

Tupã

Turismo, cultura
e industrialização

Caconde

De braços abertos
para o turismo

Boracéia

Progresso gera novos
empregos para a cidade

Marketing político

A captura acirrada
dos votos



Entrevista

Aldo Rebelo
o articulador do Planalto

Rodoanel

Agora é a vez do trecho sul



Associação Paulista de Municípios

Av. Rebouças, 2.499 - Jd. América
São Paulo - SP - CEP 05401-300
Fone/Fax: (0xx11) 3063-2225
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

Presidente

MARCOS MONTI
Ex-Prefeito de São Manuel

VICES-PRESIDENTES

ANTÔNIO PALOCCHI
Ex-Prefeito de Ribeirão Preto e
Ministro da Fazenda

JOÃO HERMANN NETO
Ex-Prefeito de Piracicaba e
Deputado Federal

ESTEVAM GALVÃO DE OLIVEIRA
Prefeito de Suzano

SECRETARIA - MEMBROS DIRETORES

Secretário
ANTÔNIO CESAR SIMÃO
Ex-Prefeito de Itapul

TESOURARIA - MEMBROS DIRETORES

Tesoureiro Geral
SILVIO ROBERTO C. PECCOLI
Prefeito de Santana de Parnaíba

Secretária-Executiva
DALVA CHRISTOFOLLETI PAES DA SILVA

Coordenador do Conselho Técnico
Multidisciplinar
ANTONIO SÉRGIO BAPTISTA

Editorial



A Lei dos Consórcios

Está em fase de negociação com o Comitê de Articulação Federativa e as Entidades Nacionais (ABM, CNM, FNP) o projeto de lei que regulamenta os consórcios entre os entes federados. A base principal deste projeto é permitir que sejam feitos, por meio de consórcios: ações, trabalhos, parcerias etc., entre prefeituras, entre prefeituras e governos estaduais, entre governos estaduais, entre prefeituras e governo federal, entre estados e governo federal, enfim é uma lei ampla para formalizar algumas práticas que já ocorrem nos dias de hoje.

Depois de aprovada a referida lei será de grande valia para ações conjugadas entre os entes federados no sentido de resolver problemas comuns a um custo muito reduzido.

Uma outra colocação importante que devemos ressaltar é que já foi aprovada no Congresso Nacional e também na Assembléia Paulista, a Lei de Parcerias Público-Privadas (PPP), que aliada à Lei dos Consórcios, irá trazer inúmeros investimentos e consequente solução de vários problemas nas diferentes esferas de governo.

Uma minuta da Lei dos Consórcios foi apresentada às entidades nacionais pelo Comitê de Articulação Federativa, que sugeriu fosse ela analisada e se necessário encaminhar sugestões para o seu aprimoramento. Nós encaminhamos ao Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, para que o Dr. Antônio Sérgio Baptista pudesse analisar

e encaminhar suas observações, e, em seguida, nossa entidade realizar um amplo debate com as autoridades dos municípios paulistas, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento dessa importante lei.

Temos a certeza que com essa lei, depois de analisada e votada pelo Congresso Nacional, e sancionada pelo presidente da República, os municípios brasileiros poderão colher benefícios, formalizando seus consórcios.

Esse é mais um trabalho das entidades nacionais, que contam com o apoio das entidades estaduais e regionais, junto ao Comitê de Articulação Federativa, no intuito de fazer valer a vontade de todos os municipalistas.

Aproveito a oportunidade para fazer aqui apenas uma ressalva. Depois de aprovada a Lei dos Consórcios, todos os prefeitos que forem assinar os protocolos de intenções, principalmente com os governos estaduais e federal, deverão tomar muito cuidado para que no "frigir dos ovos", não fique para os municípios todos os ônus e responsabilidades na execução desses convênios, pois sabemos que tanto os Estados, como a União adoram jogar as responsabilidades (financeira e executiva) "nas costas" dos municípios.

Portanto, toda atenção será sempre mais que necessária.

A luta continua!

Marcos Monti
presidente da APM

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Cesar Simão
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
José Mauro Dedemo Orlando



PRESIDENTE: Edimilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETOR ADM.-FINANCEIRO: Andreas Ruthschilling
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcia Cardial

Municípios
JORNAL MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

EDITORA: Eliana Michi
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
DIRETOR DE ARTE: Alexandre P. Borlina
DIAGRAMAÇÃO: Jorge Meneses
FOTOS: Renato Ricci
CAPAS: Dersa S.A. (Rodoanel),
Assessoria de Imprensa das Prefeituras
de Tupã, Caconde e Boracéia
PRODUÇÃO GRÁFICA: Francisco Eugênio,
Ivan Santana e Tiago Manga
CONSULTORIA: Christo, Manesco &
Associados

PUBLICIDADE

EXECUTIVO DE CONTAS: José Jones
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br
MARKETING: Raquel Pires
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br
REPRESENTANTE COMERCIAL (Brasília):
Singulare Publicidade/Magda Dias
(61) 344-5181
brasilia@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento
Rua Ministro Sinézio Rocha, 150,
CEP 05030-000, São Paulo, SP
Tels.: (11) 3879-8200/8216
Fax: (11) 3879-8203
www.editorasegmento.com.br

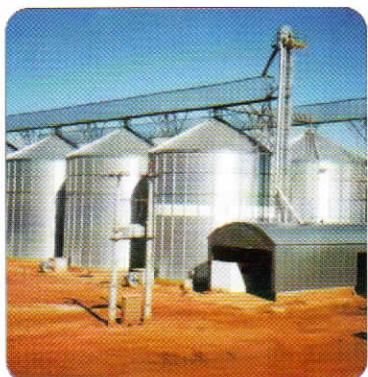
Municípios de São Paulo não se
responsabiliza por idéias e conceitos
emitidos em artigos ou matérias
assinadas, que expressam apenas
o pensamento dos autores, não
representando necessariamente
a opinião da direção da revista.
A publicação se reserva o direito,
por motivos de espaço e clareza,
de resumir cartas, artigos e ensaios.

APOIO GRÁFICO: IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Imprensa Oficial



ANER | **ANATEC**
www.aner.org.br

**06 Entrevista**

Aldo Rebelo – o articulador do Planalto

10 Marketing Político

Na captura dos votos

16 IBGE

Perfil dos municípios brasileiros

18 Opinião

O foro especial e as ações de
improbidade administrativa

20 Rodoanel

Agora é a vez do trecho sul

24 Tupã

Cultura, turismo e industrialização

28 TCE

Inconstitucionalidade de dispositivo de lei

32 Caconde

De braços abertos para o turismo

36 Boracéia

Progresso gera novos empregos para a cidade

44 Tecnologia

Imprensa Oficial do Estado e TACRIM
lançam *e-acordao*

46 Artigo

Antonio Sérgio Baptista

FALE CONOSCO**REDAÇÃO**

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203
E-mails: redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
marcio@editorasegmento.com.br (*publisher*)
Cartas: Rua Ministro Sinézio Rocha, 150 – CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING

Informações sobre promoções, eventos, *reprints* e projetos especiais
Tel.: (11) 3879-8220
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE

Anuncie na *Municípios de São Paulo* e fale
diretamente com os 645 municípios de São Paulo.
Tel.: (11) 3879-8216
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

ASSINATURAS, RENOVAÇÕES E NÚMEROS ATRAZADOS
Tel.: (11) 3039-5601 – Fax: (11) 3039-5643
assinatura@editorasegmento.com.br
www.editorasegmento.com.br

Aldo Rebelo o articulador do Planalto

Aos 48 anos, o jornalista alagoano, nascido em Viçosa, José Aldo Rebelo Figueiredo é o coordenador político do presidente Lula

POR ELIANA MICHÉ



Ministro Aldo Rebelo: "Pacto federativo exige discussão ampla em todas as esferas administrativas e sociais"

Numa semana repleta de turbulências, em plena votação do salário mínimo no Senado

Federal e lidando com as notícias veiculadas sobre uma disputa no núcleo do poder, o ministro chefe

da secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da presidência da República, Aldo Rebelo, recebeu a revista *Municípios de São Paulo* para uma entrevista, em seu gabinete, no quarto andar do Palácio do Planalto.

Filiado ao PC do B (Partido Comunista do Brasil) Rebelo integra o ministério do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e é responsável por toda a articulação do governo federal com os estados, municípios e parlamentares de todas as esferas. Calmo, afeito à observação e ao pouco falar, o ministro realiza sua tarefa discretamente. Questão de estilo ou de sobrevivência? "Sou do campo, sou assim mesmo", responde o alagoano, filho de vaqueiro e admirador de José Bonifácio.

Aliás, é de Bonifácio uma frase que sintetiza o jeito de ser e de trabalhar do articulador do governo: "Nada se deve fazer aos saltos, mas tudo por graus, como obra da natureza".

De que forma a reforma tributária vai contemplar os serviços públicos?

A reforma tributária aumenta a capacidade financeira dos municípios. Os gestores municipais

passaram a ter melhores condições para ampliar a oferta e a qualidade dos serviços públicos.

Além das conquistas já consolidadas – como a manutenção do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) na base tributária dos municípios e a nova lei complementar que amplia sua incidência, a participação na repartição da CIDE/combustíveis (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), e no Fundo de Compensação de Exportações e a possibilidade de apropriação da integralidade dos recursos arrecadados a título de ITR (Imposto Territorial Rural) – ainda temos quatro medidas de impacto para os municípios, que dependem da aprovação do texto que está tramitando na Câmara dos Deputados. São elas: ampliação do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) de 22,5% para 23,5% do total dos recursos arrecadados com o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e IR (Imposto de Renda); participação dos municípios no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional; instituição de limite para pagamento de precatórios; e integração das informações e cadastros dos fiscais municipais, estaduais e que participam dos quadros da Receita Federal.

O governo pretende regularizar o artigo 23 da Constituição Federal – relativo ao Pacto Federativo?

A regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal – que define as atribuições comuns aos três

entes federados – faz parte do Protocolo de Cooperação assinado em março de 2003 pelo Governo Federal e entidades nacionais de representação dos prefeitos (Frente Nacional de Prefeitos, Associação Brasileira de Municípios e Confederação Nacional de Municípios). Este Protocolo, além de criar o Comitê de Articulação Federativa, definiu uma agenda de trabalho comum entre os municípios e o governo federal.

Comitê de Articulação Federativa é reconhecido em todo o País

Acredito que, com isso, o governo federal e os municípios começaram a sedimentar o pacto federativo instituído em 1988. Esta, no entanto, é uma discussão complexa e vai exigir a construção de um amplo consenso. O governo vai promover e participar deste debate e os Estados também deverão fazer parte das discussões sobre o tema.

Já que o senhor falou no Comitê de Articulação Federativa, como está se desenvolvendo o seu trabalho?

O trabalho do Comitê de Articulação Federativa é reconhecido pelos prefeitos de todo o País, independentemente do porte dos seus municípios ou dos seus partidos políticos. Ele já é uma instância consolidada.

É por meio do Comitê que os prefeitos têm participado das grandes discussões políticas ocorridas nos últimos 18 meses. A reforma tributária é o melhor exemplo disso: o Comitê discutiu as propostas apresentadas pelos municípios antes do envio da Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional e quando as discussões ocorriam no Parlamento. Nesse processo, os municípios obtiveram várias vitórias.

Outras conquistas dos municípios articuladas no Comitê foram a aprovação das leis do salário-educação, do transporte escolar, e a nova lei do ISSQN.

Diante desses resultados, a avaliação do governo é de que a criação do Comitê foi uma estratégia acertada. Além de inovar na relação, foi uma clara demonstração de que o governo Lula reconhece os municípios como entes federados plenos, reconhecimento que há muito era esperado.

Agora o Comitê está trabalhando questões como regularização fundiária, estratégias para o barateamento do transporte público urbano e mecanismos de cooperação intermunicipal, e também está acompanhando a tramitação da Reforma Tributária na Câmara.

E o projeto de consórcios entre os entes federados, quando deve sair?

O texto final foi redigido no último dia 21 de junho, e será encaminhado ao Congresso Nacional com a maior brevidade possível. O governo deverá solicitar a

tramitação do projeto em regime de urgência constitucional, para que os prefeitos eleitos em outubro assumam os governos municipais já sob a égide da nova legislação.

O senhor é favorável ou não à PEC (Proposta de Emenda Constitucional) dos vereadores? Por quê?

Esta é uma discussão que deve ser travada pelo Congresso Nacional; o

Diálogo entre governo e municípios relaciona-se à eleição de Lula

governo aceitará e respeitará a decisão que for tomada. Para esta secretaria, em particular para a nossa subchefia de Assuntos Federativos, o importante é aperfeiçoar a interlocução com os vereadores, apoiar o seu papel na nova agenda das cidades. Temas como o desenvolvimento local e regional, a gestão metropolitana, as políticas urbanas, os mecanismos de cooperação intermunicipal, dentre outros, seguramente demandam uma intervenção fortalecida e qualificada das Câmaras de Vereadores.

Nota da Redação: No último dia 29 de junho o Senado aprovou a emenda original enviada pelo Tribunal Superior Eleitoral que corta 8.528 vagas de vereadores em todo o País.

O que os prefeitos e legisladores municipais podem esperar do governo Lula?

A consolidação da nova relação do Executivo federal com os municípios. Se antes os municípios reclamavam da indiferença de Brasília em relação aos seus anseios, hoje a situação é completamente diferente. O governo inaugurou uma série de instrumentos e ações voltados para o atendimento das cidades. Criou o ministério das Cidades; fez a primeira reunião da história de um presidente da República com prefeitos de Capitais; houve também, pela primeira vez na história, a participação do presidente e do conjunto dos ministros nas marchas de prefeitos a Brasília. Hoje, temos um atuante Comitê de Articulação Federativa. Mas também é importante analisarmos o contexto no qual se insere esse novo diálogo entre o governo e os municípios e isso tem relação direta com a eleição de Lula. Para o povo brasileiro, colocar um operário no cargo maior da República tem um significado profundo, que vai além da superficial análise que reduz tudo à chamada vontade de mudança. O exemplo da inovação no diálogo com os entes federados é perfeito. O governo mostra que é possível conciliar os interesses dos governos das cidades, dos estados e o federal, como parte de um projeto nacional que busca o bem-estar material e espiritual. Fortalecer a soberania com o comércio exterior e a presença política no mundo; ampliar os horizontes da democracia e dos direitos sociais do nosso povo são formas que também podem democratizar os municípios.

A Revista do municipalismo paulista

Anuncie já!



É com a troca de informações sobre as melhores práticas de gestão municipal, e ações de sucesso na prestação de serviços aos cidadãos que a revista

Municípios de São Paulo quer aproximar você dos prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e vereadores dos 645 municípios paulistas.

Público decisivo para a comunicação institucional e publicitária de órgãos públicos e empresas privadas que pretendam fixar sua imagem ou oferecer produtos e serviços para a comunidade do Interior do Estado de São Paulo.



editora segmentada

PARA ANUNCIAR,

LIGUE: (11) 3879-8282

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br



VIVO EM AÇÃO: UMA INOVAÇÃO PRA MEXER COM A GALERA



Combinando mistério, ação, aventura e prêmios, Vivo lança um jogo multimídia inédito no mundo que, em poucos dias, já conquistou uma legião de "detetives"

Se pertencesse ao século XXI, Sherlock Holmes certamente embarcaria no Vivo em Ação, meu caro Watson. Na ausência do famoso detetive, são os clientes da Vivo que, desde 26 de maio, estão envolvidos numa caçada frenética, que mistura o mundo real ao virtual, em busca da solução de mistérios, com direito a mais de R\$ 250 mil em prêmios. Esse é o Vivo em Ação, uma inovação que chegou para revolucionar e que torna a Vivo a primeira operadora de telefonia móvel do mundo a lançar um jogo multimídia de realidade alternativa (ARG - Alternative Reality Game).

O desafio é encontrar quatro protótipos de celulares avançadíssimos, cujo desenvolvimento consumiu investimentos bilionários, e que estão perdidos. Para decifrar o mistério, vale utilizar a internet, o e-mail e os serviços da Vivo - Portal de Voz, Chat Wap, Cupido SMS e Quiz SMS.

"Cada vez mais, os jovens utilizam as modernas ferramentas de comunicação para interagir entre si e é justamente isso que o Vivo em Ação traz aos participantes do jogo, ou seja, o conceito de comunidade virtual", diz Luís Avelar, vice-presidente de Marketing e Inovação.

"Os clientes têm que interagir com o enredo e com vários recursos do celular e da internet para descobrir, a cada semana, um dos protótipos desaparecidos", acrescenta André Mafra,

gerente de Conteúdo de Dados. Os participantes passarão por diversas etapas, seguindo dicas e atuando como verdadeiros detetives.

Em parceria com a Fbiz, a Vivo desenvolveu esse projeto durante um ano. O trabalho, mantido em segredo durante todo esse tempo, envolveu ainda as equipes de Inovação e Plataformas, Sistemas, Engenharia, Serviço ao Cliente, Jurídico, Compras, Comunicação e Marketings Regionais.



O SUPERSECRETO PROJETO QUATTRO

O Vivo em Ação é a história do Projeto Quattro, que desenvolveu protótipos muito avançados de celulares com recursos inéditos de som, vídeo, entretenimento, viagens para o futuro (e para o passado), entre outras surpreendentes possibilidades. Mas o projeto foi sabotado, e os quatro protótipos sumiram. Cabe aos participantes do jogo descobrir quem os roubou e recuperá-los.

Um grupo misterioso, chamado Black-Fish, possui informações valiosas so-

bre o projeto e pode ajudar na busca dos protótipos desaparecidos. O problema é que eles estão sendo perseguidos pelo grupo mafioso Kravo. Por isso, vivem escondidos, fazendo rápidas aparições, o que torna o jogo ainda mais estimulante.

No dia 10 de maio, teve início o cadastramento para os interessados em participar do Vivo em Ação. A caçada ao primeiro protótipo desaparecido, o Futura, começou no dia 26. A cada semana, serão sorteados entre os participantes que encontrarem o protótipo um Volkswagen Fox, 10 PlayStation II, 20 celulares Nokia 6225 e mais 50 kits da Vivo. Também serão distribuídos outros 50 kits da Vivo para os primeiros 50 participantes que localizarem o protótipo.

No final do jogo, o prêmio máximo: um certificado no valor de R\$ 100 mil em barras de ouro, que será sorteado na última semana entre todos os participantes que conseguirem achar pelo menos um dos protótipos.





FOTOS: RENATO RICCI

Lu Fernandes: "Depois da democratização a imagem passou a ser mais importante"

Com a proximidade das eleições mais uma vez, especialistas em marketing político passarão a se empenhar na formação da imagem de seus candidatos, no intuito de fazer deles o cidadão dos sonhos de cada eleitor. Querer apresentar o candidato como um novo produto que está à venda faz parte de um passado remoto, dadas as frustrações passadas pelos eleitores, que nunca vêm seus anseios atendidos.

Jornalista atuante e proprietária de um dos escritórios de comunicação mais concorridos de São Paulo, Maria de Lourdes Fernandes, ou simplesmente Lu Fernan-

A captura acirrada dos votos

Marqueteiros explicam o que fazer para uma campanha decolar e quais posturas os candidatos devem ter

des, atua em campanhas políticas desde 1988, após passar por um aprendizado intenso, ao lado do ex-ministro Sérgio Motta, quando este era presidente da Eletropaulo e ela assessora de imprensa da ainda estatal. "Eu só havia trabalhado em redações e quando entrei na Eletropaulo aprendi que informação no setor público é fundamental. Se você não coloca a informação à disposição das pessoas, muitos serviços e benefícios vão ser usados só por uma elite", acredita Lu.

Daí a passar a assessorar e coordenar as campanhas políticas inicialmente do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e posteriormente do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) foi um pulo. "Com a democratização os candidatos precisaram passar a convencer por meio de suas imagens. Não se consegue vender por muito tempo uma mentira e para se criar uma estratégia clara e bem definida e se realizar uma campanha vitoriosa são necessários vários componentes: de um lado pesquisas, publicidade, rádio, tv, eventos, endo-

marketing, calls centers, todo este conjunto integrado e articulado e do outro o público interno, ou seja os componentes do próprio partido que têm de estar engajados para fazer a campanha andar", assegura.

Trabalhando para o candidato José Serra, a quem classifica de "muito exigente", Lu conta que o candidato é um verdadeiro "fiscal de números". "Caso ele não concorde com alguma opção apresentada em seu programa de governo, se ele percebe que determinada ação é impossível de ser viabilizada, ele não aceita. Isso irrita a muito marqueteiros, mas ele age desta forma e eu aconselho a todos aqueles que estiverem se candidatando a agir da mesma

**"José Serra
é um
verdadeiro
fiscal de
números"**

forma, pois o eleitorado está cada vez mais sagaz, mais seletivo, exigindo um comportamento sério e plausível dos candidatos".

Para a jornalista os eleitores estão frustrados diante das promessas que foram feitas nas últimas eleições presidenciais. "O eleitor não é bobo. Ele vota no candidato que, de alguma maneira, atenda às suas expectativas naquele momento".

Quanto ao valor que um candidato terá de dispendar para realizar uma campanha tanto em nível majoritário (prefeitos e vice-prefeitos) como no proporcional (vereadores), Lu afirma não ser paradigma. "Eu não coloquei a empresa para fazer comunicação política. Eu trabalho esporadicamente, apenas para o PSDB, em São Paulo... Entretanto, as verbas estão cada vez mais escassas, pois instituíram-se instrumentos de transparência muito exigentes nos setores e em empresas que contribuem financeiramente para as campanhas", garante.

Apesar de já ter sido convidada por outros partidos e candidatos a trabalhar em suas campanhas, Lu mantém-se fiel ao partido em que começou. "Eu acredito que em determinadas posições você fica muito íntima do candidato, do partido, das suas potencialidades e fragilidades, mas sou adepta de que mais vale um desconhecido competente a um amigo incompetente. O profissional vai potencializar os recursos do seu candidato, vai realizar um trabalho com ações coordenadas, com um custo/benefício muito melhor".

Voto no candidato

No interior de São Paulo ainda funciona o voto paternalista, assistencialista e principalmente o voto no candidato e não no partido. Segundo alguns marqueteiros que atuam em cidades de médio e pequeno portes, isso ocorre por não haver uma formação sobre partidos políticos. "Enquanto não ocorrer uma reforma partidária, com voto distrital, nem que seja misto, vai continuar assim. Enquanto os interesses pessoais se sobrepu-

eleito governador na Argentina, por duas vezes].

Cuidar da imagem dos candidatos, desde a maquiagem e o cabelo, as roupas que devem ser usadas até o discurso, é um trabalho, segundo Jair, árduo. "No início da campanha do Reinaldo [Reinaldo Nogueira é o atual prefeito reeleito de Indaiatuba, para quem Jair trabalhou quando da sua primeira candidatura], eu não deixava ele falar. Seus correligionários queriam bater em mim. Mas ele tinha uma certa dificuldade em se expressar que, com o tempo, foi sendo sanada", conta.

Para o dono da Italiani Comunicação, criada há dez anos no interior, não se pode aplicar uma mesma estratégia, pois há muitos diferenciais nas cidades onde se atua. "Em Elias Fausto, por exemplo, não há rádio ou tv locais. Temos de fazer o porta-a-porta, o boca-a-boca, com o candidato chegando até seus

**"No início
da campanha
eu não
deixava
ele falar"**

serem ao coletivo, enquanto houver essa permissividade, essa promiscuidade na estrutura político-partidária dificilmente algo vai mudar", garante Jair Italiani, jornalista e marqueteiro que atua em municípios como Vinhedo, Indaiatuba, Itu e Elias Fausto.

Ele afirma ter ganhado muito dinheiro com campanhas políticas (em 1996 atuou em quatro delas e elegeu todos seus candidatos), mas para chegar onde está, Jair freqüentou os mais variados cursos de *marketing* político, até mesmo na Argentina. "Participei de um seminário na Argentina, em 1996, com o marqueteiro que havia eleito o Bill Clinton e também o Carlos Reutemann" [piloto de Fórmula 1,



Marco Rossi da Mega Brasil Comunicação

Jair Italiani,
marqueteiro,
realiza
campanhas
no interior
há dez anos



eleitores, muitas vezes, de carroça, pois a zona rural é muito grande. Fazer uma campanha no micro é muito mais complicado. Aqui, o que funciona é o candidato ir à feira e comer pastéis com os eleitores. A proximidade é muito grande e a intimidade também", garante. Nas metrópoles as campanhas começam com até um ano de antecedência. No interior, como o contato com o povo é permanente, Jair aconselha aos futuros candidatos: "a briga é pelo cargo majoritário. O eleitorado escolhe os prefeitos, normalmente, nos últimos 30 dias antes das eleições. Os candidatos a vereador são pinçados cerca de 15 dias antes, que são os cruciais, dentro do processo eleitoral", assegura.

O marqueteiro de Collor

Com mais de cem campanhas políticas em seu currículo, algumas delas históricas, como a eleição de Fernando Collor para a presidência da República, em 1989, considerado especialista no assunto, o marqueteiro Chico Santa Rita afirma "marketing político não é jornalismo". Quem domina o jornalismo e a publicidade, segundo ele, está mais bem preparado para o embate. "Não sou de recusar trabalho, depois de olhar a cara e o passado do candidato,

mas me recuso a trabalhar novamente para Collor", garante. À frente de quatro campanhas sendo uma para o PMDB, uma para o PSDB e duas para o PT (Partido dos Trabalhadores) três delas em São Paulo e uma no Mato Grosso do Sul [nega-se a citar qualquer nome], Santa Rita afirma ser um profissional e só trabalhar para os candidatos em quem votaria. Ele também compactua da idéia de que os eleitores ainda votam em candidatos e não em partidos. "Isto ocorre não só no interior, mas também nas grandes capitais. O eleitor vota no candidato que ele

para as prefeituras seja federalizada, mas crê que haverá influências com relação ao desempenho do governo Lula. Entretanto, isso, segundo ele, "não irá provocar quaisquer dificuldades". Seu conselho para os candidatos de "primeira viagem" e até mesmo para os que estão se recandidatando é que não façam campanhas na base do "chute". "Os candidatos devem fazer um diagnóstico do posicionamento de suas campanhas; devem usar estratégias bem-adequadas e tenham muito cuidado com os marqueteiros curiosos", alerta.

**"Trabalhei
uma única
vez para
Collor e não
trabalho mais"**

considera o melhor", acredita.

Para Santa Rita o marqueteiro político deveria ser mais bem remunerado. "É um trabalho desgastante. Você não pode ensinar ninguém a fazer política e toda boa campanha começa com um bom candidato, o que nem sempre acontece. O marketing político é a reunião de uma série de ações que visam trabalhar a imagem do político ou de uma organização governamental. Temos de ensinar posturas aos candidatos, principalmente em relação aos adversários", afirma.

Ele não acredita que a campanha

Congresso Brasileiro

A idéia de atuar na área pública surgiu de um evento voltado para a área privada (especificamente durante o Congresso Brasileiro de Jornalistas Empresariais, Assessores de Imprensa e Relações Públicas). Assim a Mega Brasil Comunicação já está promovendo o 4º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público, que será realizado de 24 a 26 de agosto, em São Paulo, com o intuito de oferecer subsídios a uma área que carece de reciclagem, segundo Marco Rossi, um dos proprietários da empresa, e também um dos organizadores do evento. "Nós temos notícias de algumas experiências isoladas desenvolvidas pelo Banco do Brasil e pela Embrapa [Empresa Brasileira de Agropecuária e Abastecimento], mas há uma dificuldade em reunir as pessoas que passam por essas experiências, em um único momento e esta foi a

O desafio da formação profissional em comunicação pública

O País carece de formação adequada em um setor fundamental da comunicação - a comunicação pública. A ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing consciente das exigências contemporâneas de participação e cidadania, acaba de lançar uma nova opção para os profissionais que atuam em áreas públicas: o curso de pós-graduação em Comunicação Pública, inédito no Brasil. O curso irá habilitar o profissional de comunicação dando-lhe conhecimentos aprofundados sobre o assunto.

Segundo o coordenador do curso, Vladimir Safatle, não se trata apenas de um curso de marketing político, mas de formação de quadros aptos a atuar de maneira adequada no universo da comunicação pública, capacitados para a articulação do conhe-

cimento técnico aprofundado dos meios e com uma consciência clara da agenda e dos desafios desse campo. "Há uma falta de estruturação num mercado de trabalho que em países europeus é extremamente relevante. Ela traz uma série de consequências para a qualidade das relações e das possibilidades de interação entre Estado e sociedade civil", afiança Safatle que complementa: "no Brasil, devido à ausência de profissionais de comunicação pública, o sistema de comunicação da União Federal, dos Estados e municípios tende a ser gerido por profissionais advindos da publicidade e do jornalismo".

Para o publicitário e um dos professores do curso Ivan Pinto, a ausência de uma formação específica em comunicação pública dificulta a apreensão das dimen-

sões específicas de seus problemas. "Em sociedades democráticas, a comunicação pública é um fator central para a consolidação de processos de participação e de fiscalização popular. É o funcionamento adequado do sistema estatal de comunicação pública que impede o esvaziamento de exigências de transparência e cidadania", acredita o professor.

O curso passará a funcionar a partir do mês de agosto e terá duração de um ano, com carga horária de 360 horas-aula, mais 25 horas extraclasse.

Os interessados podem obter mais detalhes pelo telefone (11) 5085-4500, consultando o site www.espm.br ou pessoalmente à rua Álvaro Alvim, 123 - Vila Mariana, São Paulo/Capital.



Chico Santa Rita – o marqueteiro de Collor

solução criativa que encontramos". Apesar de não ganharmos tanto quanto se pensa, pois os custos são elevados, há um grande interesse nosso em darmos continuidade a esta ação" diz Rossi.

O grande intuito porém, é fazer

com que profissionais que atuem neste mercado peculiar tenham acesso a informações com maior facilidade, que criem ambientes mais favoráveis para fomentar soluções e sintam-se estimulados a desempenhar suas funções da melhor maneira possível, atendendo de forma satisfatória aos anseios do seu público-alvo. "É importante a discussão e a troca de experiências por pessoas que efetivamente são os porta-vozes dos poderes representativos do nosso País. Não se realizam foros de debates e o número de profissionais que atuam na área é gigantesco, tanto em nível federal como estaduais. Em anos eleitorais

a procura pelo Congresso cresce, mas ainda não atingimos a cifra ideal; a que gostaríamos de obter. O conteúdo, os palestrantes e os profissionais convidados, vêm sendo aprimorados a cada nova edição do Congresso", garante o organizador do evento, complementando "é muito importante que tanto candidatos quanto seus assessores participem, pois terão disponíveis subsídios essenciais para uma campanha promissora". Os interessados em participar do 4º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público poderão obter maiores informações pelo telefone (11) 5573-3627 ou consultando o site: www.megabrasil.com (E.M.)

Jovens Acolhedores em Registro

O departamento municipal de Saúde de Registro está em fase de implantação da humanização no atendimento, conforme propostas apontadas pela população na II Conferência Municipal de Saúde realizada em setembro de 2003. Este trabalho será composto por inúmeras ações, como o sistema de consultas com hora marcada a ser iniciado a partir deste mês.

Esta medida é fruto de uma pesquisa realizada com os usuários das unidades de saúde, que apontou um total de 96% dos entrevistados que gostariam que as consultas no sistema municipal de Saúde acontecessem com hora marcada. A proposta é de marcar blocos de pacientes a cada hora, de modo que não ocorra espera prolongada nas unidades.

Um convênio com a SCELISUL para a realização do projeto Jovens Acolhedores será desenvolvido pela secretaria de Estado da Saúde, sendo Registro o único município a implantá-lo este ano, por meio de recursos da prefeitura municipal. O projeto é destinado à participação de universitários no acolhimento de pacientes nas unidades públicas de Saúde. A experiência mostra que uma infinidade de mal-entendidos e dificuldades enfrentadas pelos usuários e trabalhadores no ambiente de serviços de Saúde podem ser minimizados quando se ouve, comprehende, acolhe, considera e respeita, tanto os usuários, como aqueles que cuidam.

Barra Bonita ganha incubadora de empresas



Autoridades inauguraram incubadora de empresas

No último dia 18 de junho, a cidade de Barra Bonita, ganhou uma incubadora de empresas. No espaço com capacidade para abrigar 14 empresas, oito já estão em pleno funcionamento e criaram aproximadamente 50 postos de trabalho. Gerenciada pela Fiesp/Ciesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/Confederação das Indústrias do Estado de São Paulo), a incubadora faz parte de um programa

de apoio para ajudar novas empresas a serem competitivas. O incentivo também gera desenvolvimento socioeconômico para a região. A prefeitura municipal de Barra Bonita e o Sebrae-SP (Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresas) são parceiros da Fiesp nesta iniciativa.

Com essa inauguração, o programa Incubadora de Empresas passa a gerenciar 21 delas, onde estão abrigadas 215 empresas que geram cerca de 1.160 postos de trabalho.

Alunos do Caic cumprem mais uma etapa do Amigos do Futuro

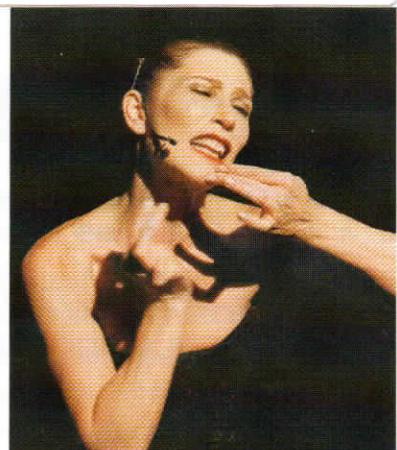
Alunos do Caic Benedito Ferreira Lopes (Mogi das Cruzes) visitaram, no último dia 22 de junho, o Núcleo de Educação Ambiental da unidade da Votorantim Celulose e Papel (VCP), em Jacareí. O passeio faz parte do "Desafio Amigos do Futuro 2004", pro-

grama realizado pelo Grupo Votorantim, que tem como tema "O Caminho das Águas". O objetivo foi sensibilizar os alunos para questões ambientais relacionadas ao rio Tietê e a importância dos recursos hídricos. Os alunos visitaram também a nascente do rio Tietê.

VI Mostra Artístico Ambiental em Ilha Comprida

Espetáculos que compõem o circuito do teatro das capitais como "Dorotéia Minha", com Beth Goulart; "Canção de Cisne" de Gustavo Machado; "Nada de Novo", com o grupo Parlapatões, Patifes & Paspalhões e mais 11 peças adultas e infantis compuseram a programação da VI Mostra Artístico Ambiental que aconteceu entre os dias 3 e 9 de julho, em Ilha Comprida. Já tradicional no município e com público recorde a cada ano, a Mostra é uma iniciativa da prefeitura em parceria com a secretaria de Estado da Cultura. Segundo Beth Goulart, que é condutora e narradora do espetáculo, "Dorotéia Minha" não narra so-

mente a história de amor de Nelson e Eleonor, mas é uma história de amor que poderia acontecer com qualquer pessoa. Quinze músicas compõem o espetáculo, das quais Beth interpreta seis delas, inclusive "The Man I Love", que abre e finaliza a peça. Nas palavras da dramaturga e atriz, trata-se de um espetáculo muito intimista, um carinho no coração dos apaixonados e um convite para viver um grande amor: "Você já viveu um grande amor?", pergunta ela. Para o prefeito Décio Ventura, é uma honra para a Ilha Comprida receber os grandes nomes do teatro da atualidade: "Trata-se de um período



Beth Goulart presente à Mostra

muito especial em que os moradores da Ilha e os turistas assistem aos grandes espetáculos do momento. Também ressalta a possibilidade de troca de experiências e os espetáculos infantis que vão plantar desde cedo o gosto pelo teatro nas crianças. É nosso grande momento cultural", destacou o prefeito.

Vereador apresenta moção

O vereador ituano Levi Clementino apresentou pedido de apelo para a entrada em pauta e "agilidade" na discussão e aprovação do Projeto de Lei 244/03, do deputado Paes Landim, que isenta alimentos básicos de tributos (impostos, taxas e contribuições).

Segundo Clementino tramita em Brasília o Projeto de Lei 244/03, do deputado Paes Landim, que institui isenção tributária para estimular a produção e ampliação de consumo interno de bens destinados à alimentação. "Levando-se em consideração que os produtos básicos, na medida em que

são taxados, punem mais a população de baixa renda e que as famílias pobres chegam a gastar entre 40% e 50% de sua renda com gêneros de primeira necessidade, segundo o Dieese e que o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que recai sobre os produtos da cesta básica, chega a representar 25% do salário mínimo vigente solicitei ao Legislativo ituano a aprovação de uma moção de apelo apoiando a agilização na votação em regime de urgência, no Congresso Nacional, deste projeto de lei", justificou o vereador Levi Clementino.

REPRESENTANTE PROCURAMOS

Construtora operando com método construtivo desenvolvido para uso em obras públicas, procura representante bem relacionado com prefeituras para intermediar negociações.

**Contato com Flávio
Tel. (0x11) 5686 5680
e-mail: escala@escala.ind.br**

Perfil dos municípios brasileiros

Desde o ano de 2001, Instituto passou a realizar pesquisas anuais para elaborar indicadores municipais socioeconômicos

Em novembro último, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entregou à imprensa um texto de novembro de 2003, com importantes dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC. De pronto, cabe destacar o que segue: Todas as informações da MUNIC são baseadas em questionários respondidos pelas 5.560 prefeituras. A pesquisa também analisou o perfil dos prefeitos, a legislação municipal e os instrumentos de planejamento, bem como o processo de criação de novos municípios nas últimas décadas. Um conjunto de mais de 20 temas foram abordados pela pesquisa, organizados em 12 blocos.

Toda essa abrangência se justifica pelo aumento do número de municípios e pelo processo de elevação das responsabilidades das Administrações Municipais.

A partir de 2001, o IBGE começou a realizar uma pesquisa anual, visando basicamente: A elaboração de uma série histórica de indicadores, o que propiciará um melhor monitoramento das políticas públicas e dos programas implementados pelas prefeituras municipais, sendo de suma importância para o planejamento, acompanhamento e avaliação, no âmbito

municipal, estadual e federal. Essas informações serão úteis também para o desenvolvimento de ações na iniciativa privada e nas concessionárias de serviços.

Alguns destaques importantes

O texto citado, apresentou logo no seu início a importante constatação de que: Grandes municípios possuem mais equipamentos de cultura e de justiça e

Indicadores propiciam monitoramento de políticas públicas

mais domicílios em favelas, segundo as prefeituras. As desigualdades, reveladas entre os municípios brasileiros, se devem ao tamanho e à localização geográfica. Na referida pesquisa, em 2001, 1.270 prefeituras brasileiras, cerca de 23% do total, declararam que havia favelas, mocambos, palafitas ou assentamentos em seu município. No entanto, apenas 13% registraram possuir cadastro desse tipo de moradia.

O resultado da MUNIC 2001 apurou para o País: 19.631 favelas cadastradas, com 2.359.509 domicílios cadastrados; desse total de domicílios, 1.654.736, 70,1%, estavam localizados nos 32 maiores municípios do País e a região Sudeste é a que mais possuía domicílios cadastrados em favelas: 1.405.009 distribuídos nas 6.106 favelas cadastradas.

Outra constatação de forte relevância foi a de que: Nas regiões metropolitanas, 79% dos governos municipais informaram que possuíam favelas ou assentamentos.

A gestão municipal de meio ambiente

A MUNIC investigou a existência de Conselhos Municipais em 13 áreas. Os resultados demonstraram uma grande incidência de Conselhos nas áreas de Saúde, Assistência Social e Direitos da Criança e do Adolescente, justamente aqueles de caráter obrigatório ou de necessária existência para repasse de verbas de outras esferas do governo.

A pesquisa de 2001 revelou que os conselhos de meio ambiente são o sexto tipo de conselho com maior presença nos municípios.

A MUNIC 2002 levou a campo um suplemento sobre meio ambiente, para aprofundamento da questão.

Na representação política local de 1985 até 2001, o número de municípios no País cresceu de 4.116 para 5.560, elevação de 35%.

Legislação municipal

A pesquisa MUNIC 2001 revelou que é elevada a proporção de municípios (sempre maior que 90%) que possuem os quatro instrumentos legais obrigatórios avaliados: a Lei Orgânica do Município, o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual.

O Plano de Governo, que traça as principais linhas de atuação no mandato, estava presente em 45,8% dos municípios brasileiros.

Para a região Sudeste foi apurado um percentual de 39,6% de municípios que têm o Plano de Governo.

Se, por um lado, os 645 municípios paulistas declararam a existência de Lei Orgânica, no item Plano de Governo, 412 municípios paulistas, cerca de 64% do total dos municípios do Estado de São Paulo, afirmaram sua inexistência.

Já para o item Plano Estratégico a inexistência foi declarada por 631 municípios paulistas, cerca de 98% do total do Estado.

Definições utilizadas na pesquisa MUNIC

Plano de governo: Conjunto de objetivos e linhas gerais de ação, expostos de forma a orientar o desenvolvimento local e a melhorar as condições de vida da população numa determinada gestão.

Plano estratégico dos municípios: Instrumento de planejamento

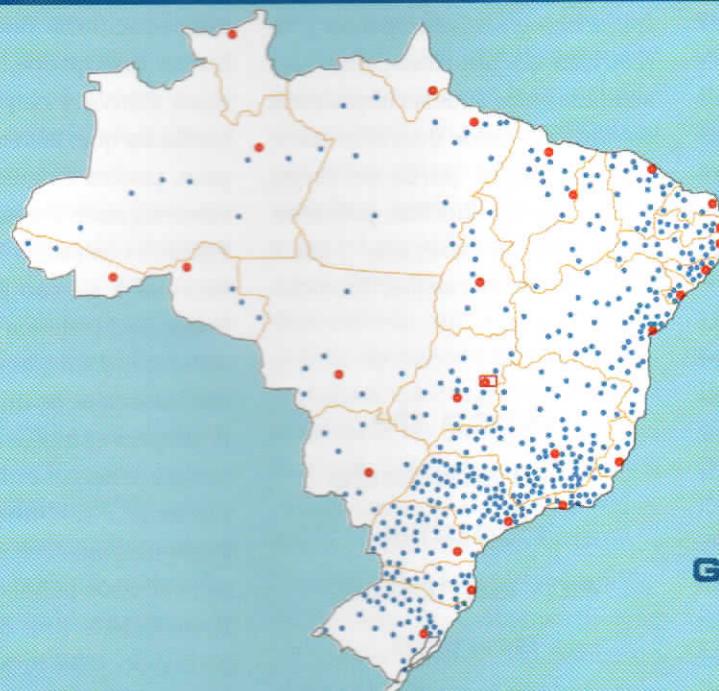
governamental que visa estabelecer estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável para o município.

Resultados da MUNIC 2002

Essa breve exposição de informações, oriundas da MUNIC 2001, revelam a grande importância dessa pesquisa, para todas as esferas de governo, bem como para a iniciativa privada e concessionárias públicas. Por isso estão sendo aguardadas, com muita expectativa, as informações da MUNIC 2002, que certamente serão de grande valia para o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas e dos programas implementados. A previsão do IBGE para divulgação do Perfil 2002 é outubro de 2004.

mp

Perfil dos Municípios Brasileiros Rede de pesquisas e disseminação - 1998



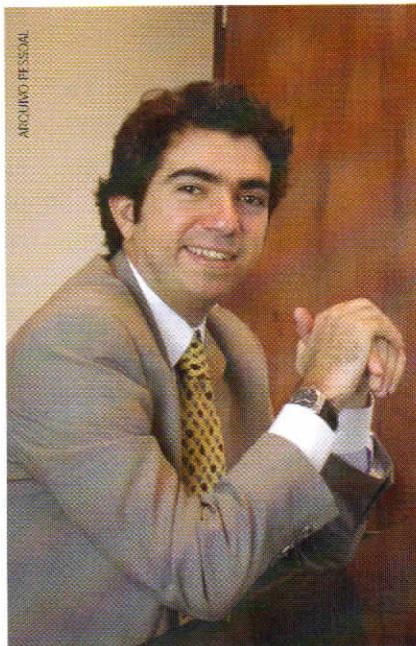
● DIPED
● Agência

Pesquisa
Municípios
Gestão Pública
2001

O foro especial e as ações de improbidade administrativa

Há quase dois anos de sua instituição pela Lei Federal nº 10.628/02, o foro especial para autoridades e ex-autoridades políticas em ações de improbidade administrativa gera polêmica e sofre intensa desaplicação por parte dos órgãos do Judiciário – como o Tribunal de Justiça de São Paulo e o Superior Tribunal de Justiça – à exceção relevante do Supremo Tribunal Federal (STF). Aqueles que negam a constitucionalidade e a aplicação do instituto alegam que: as competências do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) são de estrito *rol constitucional*, não extensíveis por lei; a instituição de foro especial é exceção à isonomia, que somente pode ser feita por norma constitucional; e que a competência dos tribunais de justiça é assunto de constituição estadual (Constituição Federal, artigo 125, parágrafo 1º). Do ponto de vista constitucional, considerando-se sobretudo os recentes entendimentos do Supremo Tribunal Federal, há de se reconhecer a constitucionalidade do foro especial.

Ainda que não tenha natureza penal, a ação de improbidade resulta em sanções graves, inclusive mais intensas que as previstas para vários crimes. Das sanções penais previstas



Para Fábio Leite e José Roberto Manesco, a ação de improbidade não tem natureza penal, mas resulta em sanções graves



na Constituição (Constituição Federal, artigo 5º, XLVI), apenas a de restrição da liberdade não está arrolada entre aquelas impuníveis ao administrador improbo: indenização, multa, perda de cargo, suspensão de direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público e receber finan-

mentos de entes oficiais. Ora, o instituto do foro especial busca uma proteção processual mais efetiva a determinadas autoridades que, pelo cargo que ocupam, podem e devem frustrar vários interesses. Nesse sentido, seria injusto e contraditório limitar o foro especial à sanção penal, quando lembrada a pequena – às vezes, inexistente – distinção entre esta última e a sanção de improbidade.

A própria compreensão sistemática do ordenamento constitucional impõe reconhecer como abrangidos no foro especial tanto os processos penais, quanto os de improbidade, pois o bem jurídico protegido pelo foro especial encontra-se presente e demandante

**Ação de
improbidade
resulta
em sanções
graves**

da mesma proteção nas duas formas de sancionamento. Em sentido até mais radical, entendem os ministros Gilmar Mendes e Nelson Jobim, os quais, respectivamente, nas reclamações de nº 2.186 e nº 2.138, negaram até mesmo a possibilidade de acionamento por improbidade de autoridades políticas. Para eles, essa ação seria destinada exclusivamente a agentes administrativos. Em suas decisões, os referidos ministros determinaram o trancamento de processos em primeira instância e seu encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal.

Com relação aos prefeitos, o texto constitucional é explícito em não restringir o âmbito do foro especial à matéria penal, conforme artigo 29, X. Para eles o instituto não é exatamente uma novidade da Lei nº 10.628/02, porém, uma explicitação na lei daquilo que já decorre da Constituição. Esse dado, portanto, afasta a tese de que o foro especial para prefeitos seria tema exclusivo da constituição estadual: Na verdade, *ele já é tema da Constituição Federal*.

Quanto ao foro especial para ex-autoridades trata-se de uma consequência que decorre da própria fundamentação do instituto. Como sabemos, seu objetivo não é exatamente proteger a autoridade enquanto indivíduo, mas resguardar o denodo, a tranquilidade, a segurança e o destemor na produção de certos atos públicos que o ordenamento entende mais relevantes e da estrita competência de algumas autoridades. De nada adiantaria a proteção da *independ-*

dência e denodo no exercício do cargo, se a autoridade estivesse inteiramente sujeita a ser demandada pelos atos que praticou no exercício do cargo perante o foro comum, tão logo deixasse o posto público. Tal raciocínio tem sido acatado, também, pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Inquérito 718/SP, relator ministro Sepúlveda Pertence) e acaba implicado pela recente Súmula 703: “A extinção do mandato do prefeito

Foro especial para prefeitos é tema da Constituição Federal

não impede a instauração de processo pela prática dos crimes previstos no artigo 1º do Decreto-lei 201/67⁷. Ora, do mesmo modo que o ex-prefeito pode ser acionado por crime de responsabilidade por atos praticados no exercício do mandato, também faz jus ao foro especial em ação de improbidade administrativa, caso venha a ser demandado por atos cometidos quando da vigência do mandato. Para fazer valer esse direito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Reclamação nº 2.645, relator ministro Cesar Peluso e nº 2.652, relator ministro Gilmar Mendes) tem acatado o emprego da Reclamação. O objetivo da ação proposta perante o Supremo Tribunal Federal é que o mesmo

faça valer a força de suas decisões perante outros órgãos estatais (Constituição Federal, artigo 102, I, J). Verdade também que alguns ministros – como Carlos Velloso e Celso de Mello – têm negado liminares em reclamações para esse fim, sob argumento de ausência de *periculum in mora*. No entanto, o manejo da reclamação é possível, inclusive para fazer observar o foro especial em favor de prefeitos e ex-prefeitos, uma vez que constitui decisão do *Pleno do próprio Supremo Tribunal Federal* (conforme Agravo Regimental na Reclamação nº 2.381, relator ministro Carlos Brito) o reconhecimento da constitucionalidade e a vigência da Lei nº 10.628/02 enquanto não decidido o mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade movida contra a mesma pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp – (Adin 2.797, no ensejo da qual seu relator, o ministro Sepúlveda Pertence, negou a liminar, mantendo a eficácia da referida lei). O foro especial, portanto, tem tido sua constitucionalidade reconhecida ali onde mais importa: no Supremo Tribunal Federal.

⁷ Fábio Barbalho Leite é Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), e Professor de Direito Público da Faculdade de Direito de Itu (FADITU) e advogado. José Roberto Manesco, advogado. Ambos são sócios do escritório Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Advocacia (manesco@manesco.com.br)

Rodoanel

Agora é a vez do trecho sul

A função do Rodoanel Mário Covas é coletar, desviar e distribuir o tráfego para a região metropolitana da Capital



Paulo Tromboni: "o Rodoanel é uma obra ambientalista"

Desde a concepção do Rodoanel, no início dos anos de 1990, incorporou-se ao empreendimento, além dos objetivos viários, finalidades ambientais, sociais e de qualidade de vida da população. Entre 1997 e 2002, foram obtidas licenças ambientais e foi projetado e implantado o trecho oeste do Rodoanel. Em operação desde dezembro de 2002, este trecho interliga as rodovias Bandeirantes, Anhangüera, Castello Branco, Raposo Tavares e Régis Bittencourt e a avenida Raimundo Pereira de Magalhães (estrada velha de Campinas). Agora, o governo do Estado de São Paulo, por meio do Dersa – Desenvolvimento Rodoviário S.A.,

prepara o licenciamento, projeto e implantação do trecho sul. O objetivo logístico é conectar o trecho oeste à região do ABC, ao Sistema Anchieta-Imigrantes e ao Porto de Santos, totalizando perto de 55 quilômetros. "Ao contrário do trecho oeste, o trecho sul não cortará áreas densamente povoadas", garante o secretário-adjunto de Estado dos Transportes Paulo Tromboni de Souza Nascimento.

Um dos objetivos ambientais é melhorar a qualidade do ar e de vida de São Paulo, além de alterar a situação das áreas de mananciais positivamente.

"A maior preocupação é que a construção do trecho venha a provocar uma grande ocupação pela atração de famílias e geração de empregos nas regiões de mananciais e do que é chamado cinturão verde da região metropolitana de São Paulo", avalia Tromboni. Segundo ele, ainda, os impactos causados ao meio ambiente serão pequenos e perfeitamente mitigáveis. "Em locais em que árvores são cortadas, outras são replantadas em substituição", assegura. Tangenciando áreas de alta densidade ocupacional da região metropolitana e com poucas interligações, o traçado do trecho sul

busca criar uma barreira à expansão dessa mancha urbana sobre os reservatórios Guarapiranga e Billings.

Quanto à ocupação desenfreada das áreas lindeiras Tromboni garante que isso não irá ocorrer por tratar-se de uma estrada classificada como sendo de "classe zero", isto é, bloqueada e com total controle, tanto para acessos quanto para empreendimentos. "Este tipo de rodovia é construída com o objetivo de facilitar o fluxo de tráfego, ou seja sem inter-

Rodovia é construída com o objetivo de facilitar fluxo de tráfego

rupções, cruzamentos, curvas e rampas menos acentuadas e com condições de tráfego melhoradas, de modo a diminuir os riscos. São as chamadas auto-estradas, que não ficam nada a dever às melhores estradas americanas ou alemãs. Elas não induzem à ocupação e seus acessos são bem

definidos, e, em geral, são outras estradas. No trecho que liga a rodovia Régis Bittencourt à rodovia dos Imigrantes há 33 quilômetros sem interligação. Para provocar atividade econômica é preciso que haja atrativos, o que não ocorre nesses casos", explica.

Obra ambientalista

A infra-estrutura do Rodoanel tem, em média, 130 metros de largura e cerca de 35 metros ocupados por pistas. Os restantes 95 metros ficam vazios. Para se fazer uma construção dessas, conforme o secretário, tem-se que tratar o terreno, substituir e compactar solos e posteriormente realizar a drenagem, com permeabilidade do solo atingindo cerca de 80%. "Os terrenos passam a ter um bom valor o que atrai empreendimentos comerciais de alto nível. A taxa de ocupação é em média de 20% a 25%, considerada baixa por se tratar de região metropolitana", afirma Tromboni.

A obra deve estar licitada no princípio de 2005 e as obras poderão ter início no primeiro quadri-

mestre do mesmo ano. "Vai depender do processo de licenciamento ambiental, mas por se tratar de uma parceria público-privada, a execução deverá ser bem rápida, em torno de 26 meses", disse o secretário completando: "é um erro pensar que o Rodoanel vá causar prejuízos ambientais. Pelo

região metropolitana. Não existe qualquer outra ferramenta que possa ser considerada efetiva para conter essas ocupações e a situação pode piorar, já que temos 18 milhões de habitantes e cerca de dois milhões de desempregados. Proteger os mananciais e disciplinar a ocupação do solo metropolitano são tarefas que exigem a coordenação das políticas públicas. O Rodoanel pode promover uma intervenção metropolitana complementar, consistente com suas políticas e auxiliar a promoção de melhorias ambientais de mananciais ao sul da região metropolitana".

A execução do trecho sul prevê também a implantação do Ferroanel na mesma plataforma de terraplenagem, minimizando custos e formando um sistema integrado rodoviário. Estes dois anéis, em conjunto com o sistema Anchieta-Imigrantes e o porto de Santos (litoral do Estado), comporão o maior corredor de exportação e importação de produtos e insumos do País, estimulando também o transporte ferroviário. mp

Obra atrai investimentos comerciais de alto nível

contrário. Os estudos mostram que ele trará benefícios para as áreas degradadas, para as populações que vivem em áreas irregulares... O Rodoanel será um verdadeiro catalisador e integrador de outras ações do próprio Estado. Trata-se de uma obra ambiental atraente, que serve como um elemento de bloqueio da ocupação desordenada no entorno da

Rodoanel – Trecho Oeste

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Loteamentos irregulares e ocupação desordenada do solo...



... com a implantação do Rodoanel - trecho oeste...



... foram substituídos por conjuntos habitacionais

A TAM ACABA DE RECEBER DOIS PRÊMIOS: "CIA. AÉREA DO ANO" E "EMPRESAS QUE MAIS RESPEITAM O CONSUMIDOR"

A TAM foi eleita a "Cia. Aérea do Ano" pela revista Avião Revue e recebeu o prêmio "Empresas que mais respeitam o consumidor", da revista Consumidor Moderno. Um reconhecimento pelo investimento constante da TAM. O resultado você vê nas nossas modernas aeronaves e no Centro Tecnológico de São Carlos. Mas hoje, além da última palavra em tecnologia, a TAM tem uma única palavra a todos: obrigado.

CENTRAL DE RESERVAS/FIDELIDADE: GRANDE SÃO PAULO 3123 1000; DEMAIS LOCALIDADES 0300 123 1000*. WWW.TAM.COM.BR OU CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGEM



TODO MUNDO QUE
GANHA PRÊMIOS AGRADECE
OLHANDO PARA O CÉU.
A TAM NÃO É DIFERENTE.

NOSSO DESTINO É VOCÊ.

*Serão cobrados R\$ 0,31 mais impostos por minuto para ligações efetuadas de telefones fixos e R\$ 0,63 mais impostos para ligações efetuadas de telefones móveis.

TAM



Turismo, cultura e industrialização

Mistura de culturas indígena e européia faz o diferencial deste município, forte também na produção de mandioca e amendoim

POR CAMILA ÂNCONA

O nome da cidade de Tupã deixa transparecer a forte participação da cultura indígena nas raízes da história do município. Eclética, Tupã não deixa de prestigiar a participação e a forte colonização de imigrantes da Letônia, que se instalaram na região em 1922.

Aproveitando todas essas inspirações culturais e após ser condecorada com o título de Estância Turística em maio do ano passado,

a prefeitura começou a acreditar ainda mais no potencial da cidade e passou a investir no setor turís-

tico para gerar renda e empregos no município.

“Após esse título, que teve análise dos atrativos da cidade, nós teremos a liberação de um milhão e 82 mil reais do governo do Estado”, afirma o secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Calebe Giuncu. Para ele, de agora em diante, a idéia é aplicar o dinheiro em projetos de infra-estrutura e equipamentos como uma Feira de Artesanato Permanente, um Posto de

**Cidade recebeu
título de
Estância
Turística em
maio de 2003**

Informação ao Turista, uma fonte luminosa na praça, entre outras. Desde a primeira administração do prefeito Manoel Ferreira de Souza Gaspar, em 1997, sempre houve grande preocupação em desenvolver um projeto turístico na cidade. Segundo Giunco, este setor agrupa valor ao município e traz mais empregos para a população. Hoje, Tupã possui um museu indígena considerado o maior da América Latina, de acordo com o governo do Estado. A valorização da cultura indígena está presente também no dia-a-dia da população. As ruas possuem nomes indígenas, e a cidade está localizada próxima à aldeia Índia Vanuíre, que agrupa aproximadamente 200 índios nativos, no atual município de Arco-Íris, antigo distrito da cidade.

Em abril desse ano, nas datas em comemoração à Semana do Índio, o museu já havia recebido cerca de 15 mil visitantes de todo o Estado, entre professores, estudantes e pesquisadores do tema. "Durante a semana, nós realizamos palestras, exposições e workshops com alguns índios nativos, no intuito de resgatar e preservar a verdadeira história indígena e mostrá-la para os participantes", declara Giunco. O turismo na cidade de Tupã traz um diferencial. Além de contar com toda história dos primeiros habitantes do País, também apresenta um pouco da cultura européia em terras brasileiras. Diz a lenda, que os imigrantes da Letônia chegaram a estes arredores em 1922, trazidos por uma inspiração divina.

"A comunidade, que é protestante, teve uma revelação que os orientou

a sair do país, pois haveria um grande desastre. Mais de duas mil pessoas abandonaram suas casas e seguiram rumo ao desconhecido", conta Giunco. Atualmente, os letões estão instalados à beira do rio do Peixe, na Varpa, distrito de Tupã.

Na época em que reuniram sua comunidade, sobreviviam basicamente da agricultura de subsistência e, hoje, fazem da sua tradição cultural mais um atrativo turístico para a cidade de Tupã. "Pretendemos criar o Caminho da Letônia, para que os visitantes possam conhecer as casas típicas construídas por eles, bem como o idioma, religião, artesanato e comidas tradicionais", afirma o se-

Imigrantes letões levaram tradições européias para a cidade

tário. O turista já pode hoje tomar um café colonial no local e ver as residências de arquitetura europeia, além de realizar atividades que envolvem a paisagem local. Com todas essas opções de lazer, a cidade de Tupã ainda consegue resgatar o turismo rural e mostrar a cultura do café, predominante no início do município. Apenas um ano após receber a denominação turística, a cidade de Tupã, com cerca de 63.298 habitantes segundo o último Censo Demográfico em 2000, já recebeu, no período de



Mascote da cidade resgate as origens indígenas

dezembro do ano passado a março deste ano, mais de 24 mil turistas, movimentando na cidade cerca de R\$ 600 mil.

Mandioca e amendoim: produtos rentáveis

A mandioca e o amendoim são grandes heróis da história da cidade de Tupã. Com uma cooperativa mista – pecuária e agricultura – consegue administrar eficientemente os produtos e gerar renda para cerca de 1.300 cooperados. A pecuária, com ênfase no gado de corte e as plantações voltadas para o milho, soja, feijão, café e o amendoim como principal produto.

Para o diretor presidente da Carnap (Cooperativa Agrícola Mista da Alta Paulista), Waldemir Gonçalves Lopes, houve um aumento de 70% no faturamento da cooperativa neste ano. "Essa expansão ocorreu porque abrimos mais filiais e crescemos significativamente na produtividade e na área plantada", afirma. A empresa já terminou a construção do maior complexo agroindustrial do País, com capacidade de armazenamento de até 40 mil sa-



Com o beneficiamento do amendoim, a cada oito horas de trabalho, sua produção atinge três mil sacas

cas do produto. Em fase de testes, a máquina que fará o beneficiamento do amendoim, secando e tirando a casca do grão para o consumo, poderá produzir até três mil sacas de amendoim a cada oito horas de trabalho.

"A máquina é nova e fará a separação automática do amendoim por peso, tamanho e cor, atendendo ao mais alto padrão de qualidade, para ser destinado ao consumo nacional e internacional já em 2005", prevê Lopes.

Ainda de acordo com Lopes, estima-se que o Brasil produza cerca de dez milhões de sacas de amendoim. "Na safra deste ano, de janeiro a junho, somente a nossa região produziu quatro milhões de sacas, correspondendo a 40% da produção nacional." Apenas os secadores da Camap produziram cerca de dois milhões e meio de sacas, número que corresponde a 20% da produção brasileira de amendoim.

Essa grande produção, atualmente, é comercializada apenas no Es-

tado, mas com os planos futuros de exportação, terá alcance também com novos produtos extraídos do amendoim. A idéia é utilizar uma máquina esmagadora para amendoins sem qualidade, para gerar óleo e, daqui a alguns anos, gerar energia por meio de sua casca.

A mandioca também representa grandes oportunidades de trabalho para a população da cidade e sendo hoje para Tupã, uma das áreas de negócios em maior expansão, além do amendoim. Essa mudança iniciou-se há cerca de quatro anos, pois o governo municipal percebeu o mercado potencial no local e porque também precisava substituir a atividade do pequeno produtor de leite, em decadência nos final dos anos de 1990.

"Tupã era a segunda maior cidade do Brasil em produção de leite B, mas com a importação de leite da Argentina, nós tivemos uma redução significativa na produção. Dessa forma, o município criou

uma alternativa para suprir esta demanda e gerou incentivos para atrair empresas para a cidade", ressalta o secretário Giunco.

Os incentivos fiscais foram os atrativos para que uma empresa multinacional, com sede no Paraguai, pudesse se instalar em Tupã. "Além das facilidades oferecidas pelo município, sabíamos que já existia o plantio da matéria-prima", afirma Daniel Carlos Verona, gerente administrativo da empresa. Para o produtor, a vantagem foi saber que agora existe garantia de compra ao final de sua colheita, já que a empresa estabelece um contrato anterior e garante o preço do produto, com planejamento, para que não haja superprodução, diminuindo o preço final da mandioca. Com a primeira unidade, que começa a funcionar este mês, serão gerados 50 empregos diretos e mais de dois mil indiretos. A meta inicial é de 200 a 250 toneladas de moagem por dia de mandioca e, para a safra de 2005, estão previstas 500 toneladas/dia.

A fécula da mandioca é utilizada na panificação, em massas, na fabricação de papel, além de ser utilizada em colas, embalagens e até na extração de petróleo que, adicionada a um determinado líqui-

**Mandioca e
amendoim
impulsionam a
agricultura no
município**

Conheça um pouco da História de Tupã e seus indicadores

Fundada em 12 de outubro de 1928 por Luiz de Sousa Leão, Tupã surgiu à sombra do progresso do café e chegou a ser uma das cidades mais prósperas do Brasil. Com o fim do ciclo do café, iniciou-se um longo período de transformação e adaptação para a agropecuária. O gado, o algodão e o amendoim passaram a ser a nova moeda forte da região. A ferrovia e a industrialização

destes produtos acabariam por delinear o progresso da cidade, ligando-a às regiões noroeste, sorocabana, norte do Paraná e Mato Grosso. Hoje, Tupã ocupa posição de destaque e é polo de referência para toda Alta Paulista. Localizada no Centro-Oeste do Estado, a 524 quilômetros da capital, a cidade tem área urbana de 624 quilômetros quadrados. Possui um efetivo médio de

segurança de 330 policiais, 11 agências bancárias, dois hospitais, sete unidades de saúde e três hospitais psiquiátricos. A qualidade de vida é representada por quase 100% do esgoto tratado, segundo o secretário municipal de Planejamento, Hosmany Rosa Vieira. O índice de alfabetização chega a 85%, com mais de 19 mil alunos matriculados no segundo grau e 1.700 no ensino superior.

do, facilita a perfuração dos postos. Tupã possui hoje mais de 250 micro, pequenas e médias empresas instaladas.

Pioneira no ensino superior

A cidade de Tupã já foi considerada a metrópole universitária do Centro-Oeste Paulista, mas perdeu este título e agora pretende retomá-lo. As iniciativas começaram com a vinda do *campus* diferenciado da Unesp (Universidade Estadual Paulista).

Com o primeiro curso superior de graduação em escola pública de Administração de Empresas e Agronegócio, projeto do governo do Estado e da universidade, em parceria com a prefeitura, a escola trouxe movimentação econômica para o município.

Segundo Elias José Simon, coordenador executivo da unidade diferenciada da Unesp em Tupã, foi feito um estudo para agregar cursos que estão relacionados às atividades realizadas na região da Alta Paulista. "Acreditamos que essa região é promissora", conta Simon. Com as atividades iniciadas em

junho de 2003, a universidade teve seu primeiro vestibular abrindo 40 vagas. Atualmente são 120 alunos, e, em agosto, haverá outro vestibular, resultando 160 alunos até o final do ano.

"Este projeto é desenvolvido com os poderes municipal, estadual e federal, estabelecido pelos professores integrados, que também tiveram a preocupação de voltar suas atenções para o desenvolvimento regional e ter como base a geração de empregos em Tupã",

garante Simon que, segundo levantamento estatístico, afirma que a implantação da universidade injetou recursos até agora de aproximadamente R\$ 482 mil.

Para reforçar a experiência dos estudantes e favorecer o contato com as empresas da região, foram estabelecidos convênios de estágios e consultorias, além da discussão sobre projetos de pesquisas e da inserção do agronegócio no promissor mercado turístico da cidade de Tupã.



Curso pioneiro é administrado pela Universidade Estadual Paulista, em Tupã

Inconstitucionalidade de dispositivo de lei

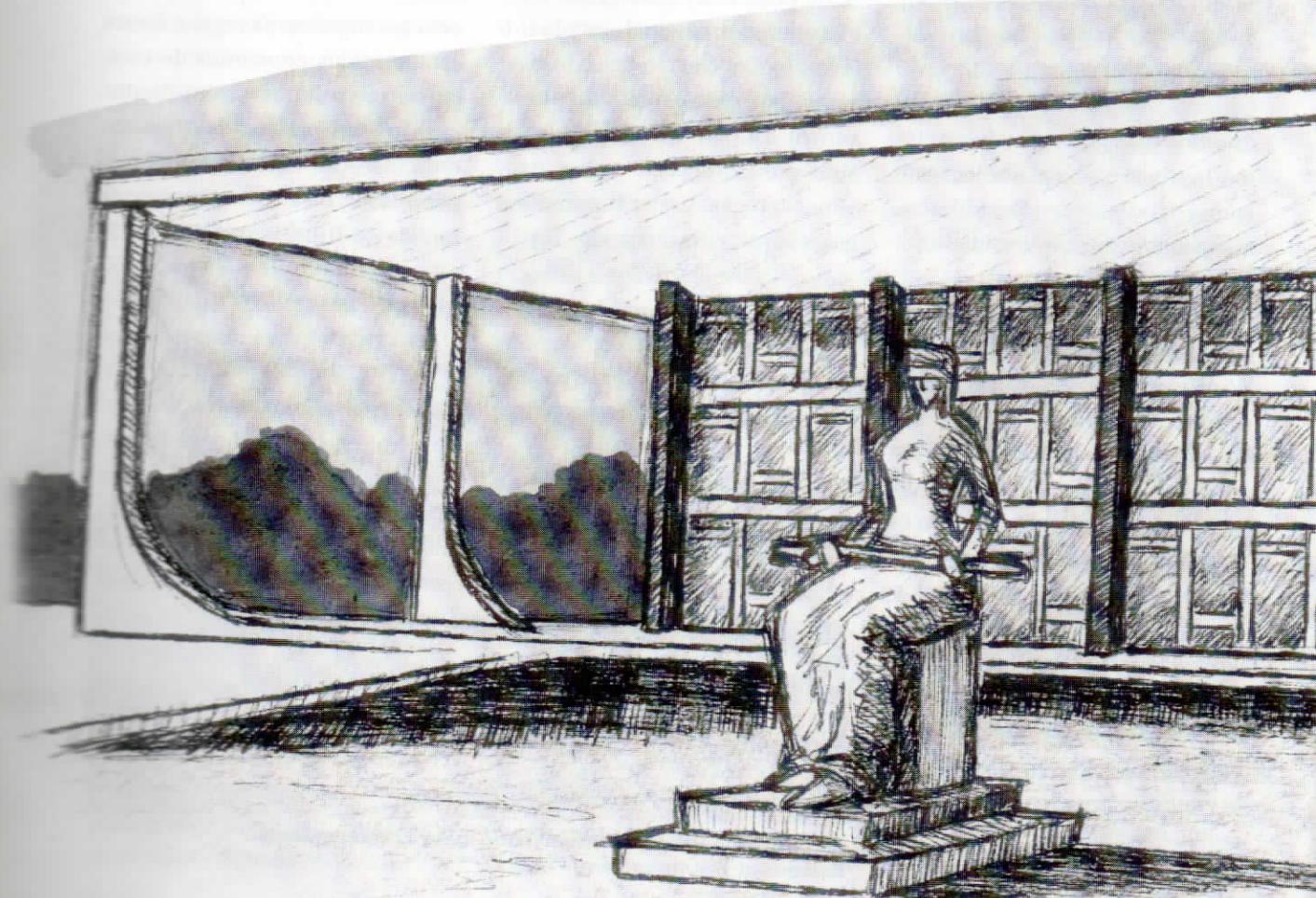
O Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 9.506/97 para detentores de mandato eletivo

**Moacyr de Araújo Nunes
Ivan Barbosa Rigolin***

Cumpre-nos informar que por força da recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que no Recurso Extraordinário nº 351.717-1, interposto no Mandado de Segurança nº 2000040441931, impetrado perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região pelo Município de Tibagi,

Paraná, declarou a inconstitucionalidade do § 1º, do artigo 13, da Lei Federal nº 9.506/97, que instituiu a cobrança de contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração dos detentores de mandato eletivo federal, estadual e municipal, manifestamos nosso entendimento sobre alguns pontos

de dúvida suscitados por aquela deliberação. Ainda que nesta espécie de ação, mandado de segurança, a decisão, por definição processual, produza efeitos apenas entre as partes, entendemos que resulta virtualmente inconcebível imaginar-se uma lei que para alguém tenha sido declarada incons-



titucional, e para outrem continue sendo constitucional, e portanto exigível. Não parece aceitável, sob nenhum argumento formalístico, possa alguma lei ser constitucional para *a*, e inconstitucional para *b*. Entendemos que os agentes públicos interessados – exercentes de mandato eletivo – poderão interromper, por essa razão, de imediato, os atuais recolhimentos previdenciários a seu cargo (11% do subsídio, até o teto do salário-de-contribuição ao INSS – Instituto Nacional do Seguro Social), assim como o ente público (20% sobre o subsídio integral).

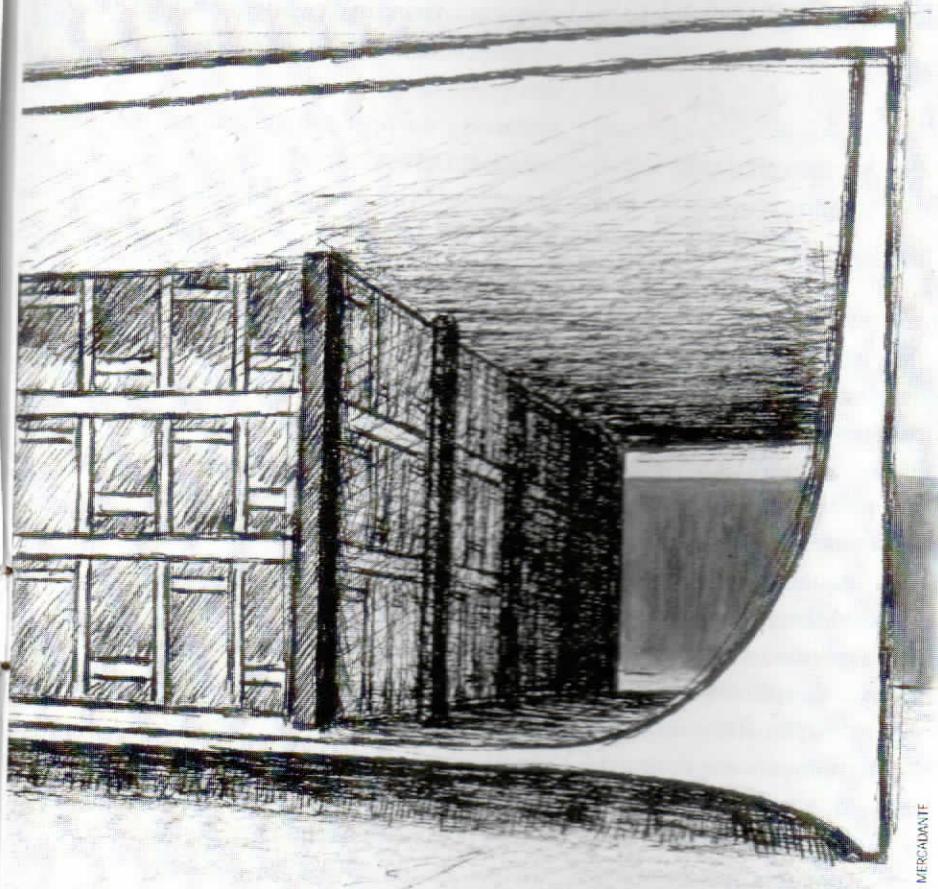
e poderão, além de interrompê-los, pleitear a devolução das contribuições indevidas por meio de ação de repetição de indébito, ou outra ação equivalente, contra o INSS. Sim, porque se é inconstitucional a regra instituidora da contribuição, nula foi toda ela, e por conseguinte devem os respectivos valores, corrigidos, ser devolvidos a quem por eles pagou.

Sugerimos ainda que o ente público, como por exemplo o Município, representando a Prefeitura e a Câmara Municipal pelos valores despendidos nas contribuições em face

dos políticos de ambos esses Poderes, pelos seus representantes, oficie à direção do INSS, comunicando que em decorrência da decisão do STF, ora em comento, ficam suspensas desde logo as contribuições dos exercentes de mandatos eletivos.

Ainda assim é curial que o ente público fique preparado para a hipótese de uma reação coercitiva do INSS a respeito, como retendo a cota-parte do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), por exemplo. Nesse caso, outra ação será cabível pelo Município, com objetivo de resguardar os seus direitos em face da decisão do STF, uma vez que o dispositivo já declarado inconstitucional é NULO, não podendo gerar efeitos. Frise-se, por fim, que poderão ocasionalmente ser cumuladas aquelas duas ações em apenas uma, o que pode revelar-se vantajosa alternativa processual. Muitos pontos sobre a questão, entretanto, ainda restaram controvértidos. Muita polêmica deverá acontecer sobre aquela decisão, abordando sobretudo alguns de seus efeitos, que devem ter passado ao largo da atenção de muitas autoridades. Colocamos aqui, por isso, alguns aspectos que consideramos necessários abordar, em especial para as providências que deverão ou poderão tomar os interessados, os “exercentes de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculados a regime de previdência social”, como reza(va) a lei, abrangidos pela decisão tomada.

Primeiro ponto – neste caso superado, mas que vem ao caso comentar – vigência do acórdão.



ILLUSTRAÇÃO MERCADANTE

Está em vigor a decisão do STF? Pode ser exercitada? Quando uma decisão judicial passa a produzir seus efeitos?

Resposta: Sim. Neste caso presente pode e deve ser exercitada, mesmo que ainda não estivesse publicada em Diário Oficial a decisão. O derrotado na decisão judicial em princípio pode se recusar a cumprí-la apenas por não ter sido publicada, mas quem já puder fazer prova de que existe o acórdão, sempre pode aplicar a mesma decisão em seu proveito. E neste presente caso a prova é simples, pois que a cópia do acórdão, em papel timbrado do STF, já circula abertamente.

Ainda para este caso não seria pelo fato de não haver sido publicada em DO que os beneficiários, que já estivessem de posse do acórdão, precisariam aguardar a publicação em DO da decisão, e nenhum juiz, entendemos, sabendo da existência do acórdão por cópia do texto oficial exigiria ver a mesma publicação em DO para decidir com base no mesmo acórdão, que seja juntado aos autos. Ocorre, entretanto, que, como dissemos, está neste caso superada esta questão, porque já foi publicada no DO a decisão.

Segundo ponto – como fica a situação daqueles que já se aposentaram antes da decisão do STF? E os que estão para se aposentar? Todos terão esse tempo reconhecido?

Resposta: Estas são questões de difícil resposta, pois que não foram ventiladas no acórdão – porque não respeitantes diretamente ao ponto judicialmente suscitado, e desse modo, ao aplicador resta apenas sobre elas conjecturar,

com o maior senso lógico que lhe for possível.

Entendemos que se a final triunfarem as ações movidas pelo poder público, os valores recolhidos serão devolvidos corrigidos, porém os efeitos disso poderão em certos casos individuais ser devastadores, como por exemplo a anulação da contagem do tempo a que se referiram os recolhimentos julgados inconstitucionais, porque atualmente não mais se admite tempo de contribuição, que sirva para aposentadoria, sem a respectiva contribuição. Assim, desfazendo-se por inconstitucional a contribuição, é natural e de se esperar que a contagem do tempo a que se referem

ver resolvido este atual impasse. Ainda sobre este ponto, talvez o tempo revele que serão necessárias outras ações para resolver os graves impasses quanto a contagem de tempo de serviço de alguns segurados, matéria essa que seguramente, repetimos, passou ao largo tanto da decisão do STF quanto dos próprios conceptores da malfadada contribuição.

Terceiro ponto – como deverá proceder aquele que já contribuiu e que quer restaurar sua situação junto à previdência, se acaso for desfeita em face da decisão do STF?

Resposta: Deverá esse cidadão providenciar nova inscrição, ou revalidar antiga inscrição acaso desativada se a circunstância temporal e legal permitir, no INSS, sob alguma das modalidades de inscrição como segurado da previdência social nacional. Desse modo terá ensejo de completar os requisitos para aposentadoria, pensão e os demais benefícios previdenciários.

Quarto ponto – o pedido em eventual ação de repetição de indébito pode abranger todas as contribuições efetuadas, ou sobre esse pedido incide alguma prescrição?

Resposta: Sobre as dívidas passivas da fazenda pública sempre incide a prescrição quinquenal, conforme a previsão, ainda hoje plenamente em vigor, conforme decidiu mansa jurisprudência do vetus Decreto Federal nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, artigo 1º. E, ainda, pelo artigo 2º, do Decreto-lei nº 4.597, de 19 de agosto de 1942, a dívida das autarquias está abrangida entre as dívidas da fazenda pública, o que fecha o círculo.

Contagem de tempo sem a respectiva contribuição será desfeita

aquelas contribuições seja, corolariamente, desfeita.

E isso poderá interferir na vida previdenciária de muitos segurados, sobretudo aqueles que apenas detinham aquela única situação junto à previdência. Os segurados que estão para se aposentar entram, dentro do aplicável, na situação acima descrita. Não é este, portanto, um momento dos mais propícios para a aposentadoria de quem contou apenas (algum) tempo em face daquela única situação previdenciária que agora o STF declarou inconstitucional, antes de

A Revista do municipalismo paulista

Anuncie já!



É com a troca de informações sobre as melhores práticas de gestão municipal, e ações de sucesso na prestação de serviços aos cidadãos que a revista

Municípios de São Paulo quer aproximar você dos prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e vereadores dos 645 municípios paulistas.

Público decisivo para a comunicação institucional e publicitária de órgãos públicos e empresas privadas, que pretendam fixar sua imagem ou oferecer produtos e serviços para a comunidade do Interior do Estado de São Paulo.



editora segmento

**PARA ANUNCIAR,
LIGUE: (11) 3879-8216
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br**

culo de interesse.

Assim, apenas as contribuições previdenciárias efetivadas em até cinco anos da data da propositura de cada ação serão suscetíveis de serem devolvidas aos respectivos autores, e não aquelas realizadas há mais tempo.

Quinto ponto – o Legislativo, ou o Judiciário, podem propor aquela ação de repetição de indébito?

Resposta: Não. Esses poderes não têm receita e, por isso, não despendem verba alguma, sua, com as contribuições. Apenas repassaram ao INSS as verbas que o Executivo lhes destinou para aquele fim. Tendo, assim, vindo do Exe-

Só Executivo pode pleitear devolução de recolhimentos inconstitucionais

cutivo o recurso financeiro para que Legislativo e Judiciário (e o Tribunal de Contas e o Ministério Público) cumprissem suas obrigações previdenciárias, apenas ao Executivo compete pleitear a devolução daquelas importâncias cujo recolhimento foi julgado inconstitucional por quem de direito. Vale dizer: Quem pagou pleiteia a devolução; quem não despendeu verba sua com as contribuições, mas pagou com verba de outra origem, não pode pleitear sua devolução.

Sexto ponto – se, por exemplo, um vereador não quiser mover ação

contra o INSS por pretender que seu tempo de contribuição seja mantido contado, ou se esse mesmo tempo já foi contado e serviu para aposentá-lo, pode de algum modo esse vereador resistir eficazmente contra a desconstituição do seu tempo que já foi contado, se acaso essa desconstituição for judicialmente determinada em ação movida pelo Executivo?

Resposta: Não. O vereador – e aqui cabe também a figura de qualquer outro parlamentar, e de qualquer membro dos demais poderes que não o Executivo – nesse episódio apenas poderá observar o que ocorre às ações, e contemplar, pacificamente, o desenrolar dos acontecimentos judiciais e administrativos envolvendo o Executivo e o INSS. Pode apenas, se quiser, em ação própria que não se confunde com a movida pelo Executivo, pleitear de volta o que recolheu ao INSS de seu próprio bolso, relativo à parte do segurado que era. Mas não poderá interferir, de modo algum, no destino que venha a ter a contagem de tempo relativa às suas próprias contribuições que acaso forem devolvidas, nem terá ação alguma eficaz quanto ao correspondente tempo de serviço. É parte rigorosamente passiva e inerte quanto ao resultado das ações de repetição de indébito acaso intentadas pelo Executivo, podendo perseguir interesse patrimonial seu apenas, repita-se, em ação pessoal, própria, contra o INSS, relativa à sua contribuição pessoal de segurado, e nada mais.

mp

Moacyr de Araújo Nunes e Ivan Barbosa Rigolin são advogados em São Paulo.

De braços abertos para o turismo

A bucólica Caconde, cidade a noroeste do Estado, prioriza o incremento do setor de turismo e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos

POR VIVIANE NUNES

Caconde, com apenas 18 mil habitantes, vem se firmando como um dos melhores lugares para se promover o ecoturismo ecológico e rural. É cada vez mais presente a procura da cidade para a prática de esportes radicais como o *rafting*, rapel, canoagem dentre muitas outras modalidades praticadas hoje.

Além do clima maravilhoso, da represa com águas cristalinas, passeios para curtir a natureza e os esportes radicais, montanhas, trilhas e culinária excelente, a cidade se firma, como pólo turístico regional e tem tudo para encantar seus visitantes.

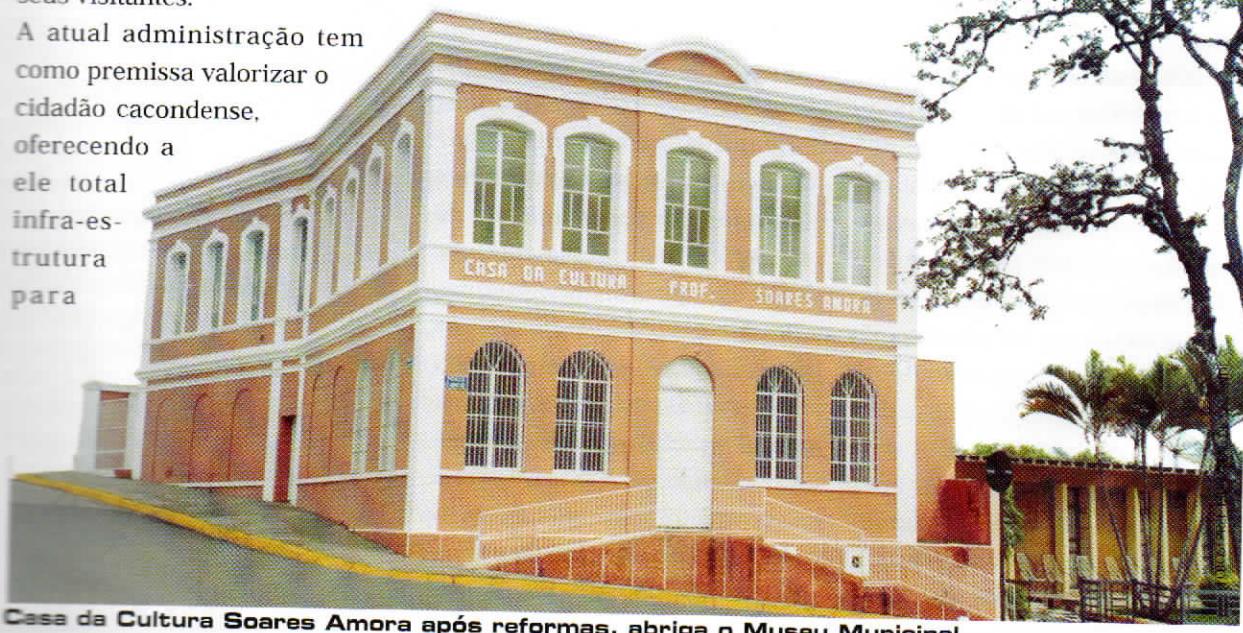
A atual administração tem como premissa valorizar o cidadão cacondense, oferecendo a ele total infra-estrutura para

**O centro
"Preparando
o Amanhã"
atende mais de
100 crianças**

sus necessidades básicas, bem como para seus turistas.

Em busca de soluções rápidas para a cidade, o prefeito Nestor Ribeiro Neto, 45 anos, o Nestorzinho como é carinhosamente chamado, prio-

rizou em cada um dos setores, seus pontos nevrálgicos, procurando solucioná-los, de acordo com sua infra-estrutura. Realizaram-se obras de ampliação na rede de esgotos, na rede de águas, nas galerias pluviais, em guias, asfalto, iluminação pública e muros de arrimo num dos bairros mais carentes do município: o distrito de Barrânia. "Minha prioridade é o beneficiamento dos bairros mais pobres e dos mais antigos para oferecer melhor qualidade de vida", afirma o prefeito.



Casa da Cultura Soares Amora após reformas, abriga o Museu Municipal

Investindo na agricultura

Caconde é uma cidade que tem sua economia voltada para a monocultura cafeeira. Possui 1.500 quilômetros de estradas vicinais. O setor agrícola tem como prioridade a manutenção de suas estradas. Foram instaladas cinco pontes metálicas nas estradas rurais e abertos cerca de 200 quilômetros de novas estradas nestes trechos, além de ser executada a manutenção constante de todas elas. A prefeitura adquiriu em consórcio para o município, com mais cinco cidades da região, máquinas como retroescavadeiras e tratores para a totalização da reforma de suas vias. Também os agricultores foram contemplados com calcário, serviços de trator e implementos para o beneficiamento de café, além do combate ao morcego, muito comum e frequente na região.

Priorizando a educação

A área da educação também é preocupação constante de Nestorzinho. Escolas foram ampliadas, dotando-as de computadores ligados à internet 24 horas, para



Prefeito Nestorzinho e a vice-prefeita de Caconde

Bairro Conceição que atende 143 alunos da pré-escola à rede de ensino fundamental. Mais professores foram contratados; escolas foram reformadas para melhor se adequar aos seus alunos. Foi im-

Prioridade administrativa: preparar o município para o turismo

plantado também o centro educacional "Preparando para o Amanhã", em que crianças carentes da região são atendidas em tempo integral, recebendo assistência nas áreas educacional, cultural e de lazer e entretenimento.

As mães também são assistidas no município. Muitas freqüentam o Bolsa Escola e o Renda Cidadã, cursos ministrados pelo Fundo

Social de Solidariedade a cargo de Cleusa Ribeiro. Há também o Programa Bolsa Trabalho que permite aos desempregados desenvolver atividades, receber ajuda financeira e capacitação para o aperfeiçoamento de suas atividades. Senhoras recebem aulas de costura, bordado e artesanato para que sejam capacitadas para o mercado de trabalho, o que gera um maior volume de empregos. Criou-se a Padaria do Futuro, em que o cidadão aprende a confeccionar doces e pães para aumentar sua renda familiar.



Manutenção integral visando...

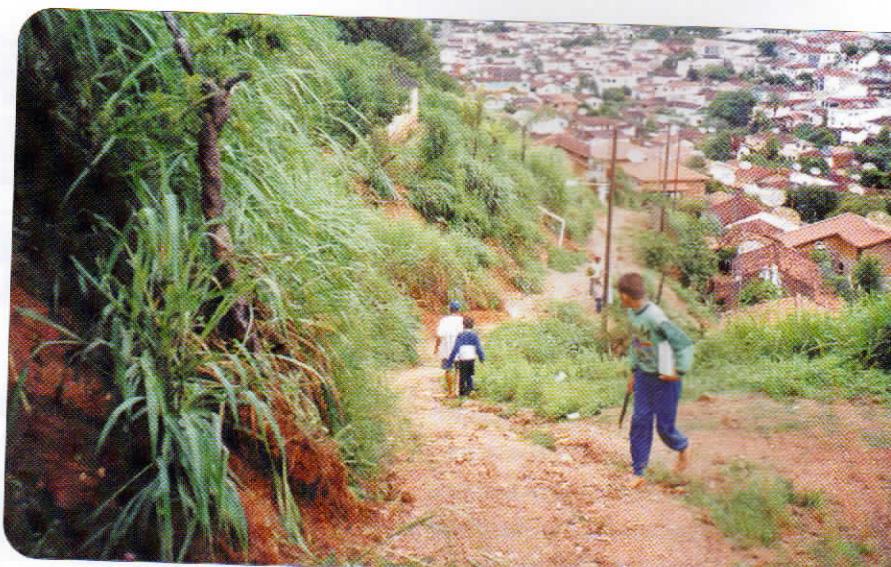


... o desenvolvimento cultural

Uma cartada de mestre dessa administração, segundo Nestorzinho, foi a criação em parceria com o Centro Paula Souza e a secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia à qual o centro se remete, da Escola Técnica Municipal, em que serão ministrados gratuitamente para a população cursos de Administração de Empresas, Turismo, Hotelaria e Técnico em Segurança do Trabalho, com um ano e meio de duração.

Melhorando a saúde

O atendimento à saúde tem sido um dos pontos altos da administração de Nestorzinho. "Aumentamos o universo de pessoas atendidas, com mais qualidade e ampliamos o número de ambulâncias, funcionários e o Centro de Saúde; o fornecimento do número de remédios para os pacientes, o número de exames laboratoriais e o transporte de pacientes também foram ampliados, em diversas regiões da cidade.



Implantação de infra-estrutura: iluminação pública, guias, sarjetas e asfalto nos bairros carentes...

Propagando a cultura

O incentivo e o patrocínio às atividades culturais também são prioridades da atual administração. "Na área da cultura várias ações foram empreendidas, dentre elas, o incremento à Banda e à Fanfarra Municipal, bem como ao Coral da cidade. Revitalizamos a Casa da Cultura que irá abrigar o

Museu Municipal, e registrar a nossa memória cultural", explica o prefeito. Também foi inaugurado recentemente o Centro do Idoso, onde diariamente são oferecidos cursos de dança, artesanato, jogos e entretenimento aos idosos, procurando integrá-los de forma digna à sociedade.

Preocupado em preparar e incre-

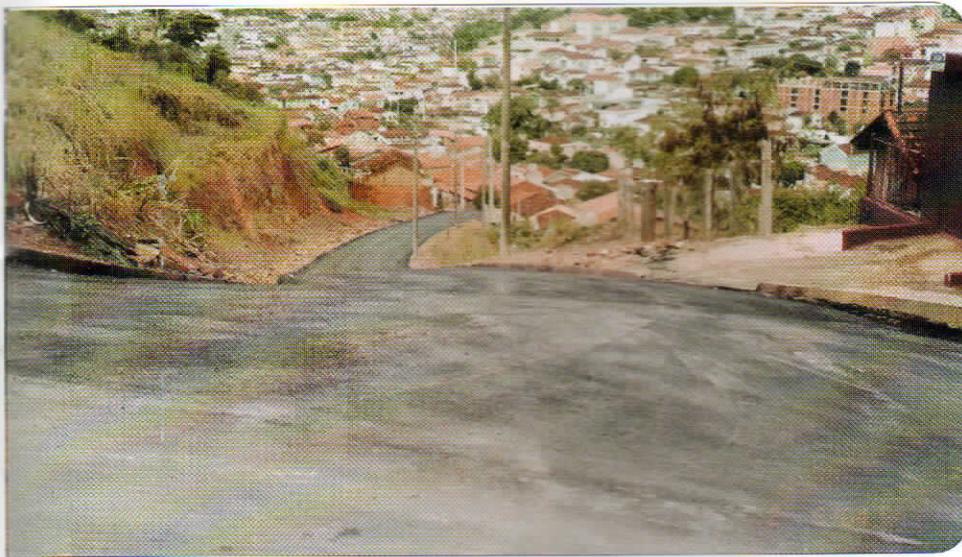
Uma administração séria, firme e transparente

Nestor Ribeiro Neto, o Nestorzinho é filho de Caconde. Nascido e criado no município, desde cedo a vocação para política pulsava em suas veias. Começou como funcionário do departamento pessoal da Prefeitura, depois foi chefe de gabinete até se formar em Direito. Daí para assumir a Prefeitura foi um pulinho. Iniciou sua vida pública como vereador. Depois assumiu o cargo de vice-prefeito e, du-

**"Caconde,
cidade morena
De vida serena
que alegra e apraz
Cativa a quem
te visita
A paisagem bonita
Ó estância da paz"**

(trecho do Hino do
Município de Caconde)

rante um ano, comandou a Prefeitura, pois o titular havia sido cassado. Em 2001, elegeu-se prefeito com 120 votos de diferença, numa disputa acirrada. Casado e pai de três filhos, com ar tranquilo e sereno conduz com firmeza e dedicação a administração de Caconde. "Encerrarei meu mandato com praticamente todas as dívidas contraídas sanadas e obras necessárias, concluídas", comemora Nestorzinho.



... oferecendo dignidade à população, é prioridade da atual administração

mentar o município para sua destinação turística, construiu-se a Escadaria do Cristo que liga o bairro dos Estados ao Redentor. Local com uma visão privilegiada, a Escadaria foi contemplada com uma praça para descanso e lazer dos munícipes e dos visitantes. Lá também se encontra uma gruta que possui a imagem de Nossa Senhora do Rosário, muito visitada pelos fiéis de Caconde e da região. Num dos pontos mais altos da cidade encontra-se o Mirante onde se pode avistar toda a beleza do município e contemplar sua natureza.

Caconde é uma cidade festiva. O carnaval fora de época, que acontece todos os anos no mês de setembro, reúne centenas de turistas que para lá se dirigem, vindos de todos os lados do Brasil.

Geradores de renda

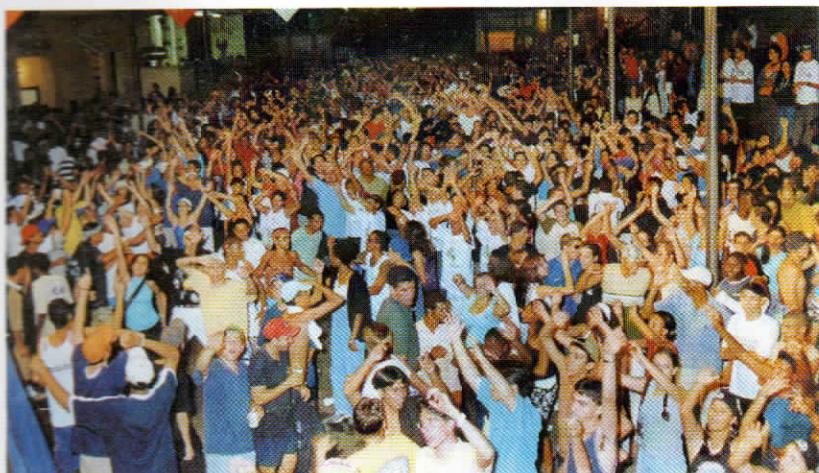
A conservação e a preservação do meio ambiente são preocupações prioritárias do governo municipal,

o centro cultural atende mais de 100 crianças carentes

que por meio de gestão participativa implantou o aterro sanitário de resíduos sólidos, a coleta se-

letiva de lixo e adquiriu uma prensa hidráulica a fim de que os catadores pudessem condensar o material reciclável e, com isso, obter melhor preço na venda dos produtos obtidos com a operação realizada. Até os pneus que antes suscitavam grande preocupação, hoje, são solução para a administração municipal, que por meio de ações desenvolvidas pela secretaria de Obras, os utiliza em muros de contenção de encostas, evitando o deslize de terra.

"Desenvolvemos uma ação que foi muito bem-sucedida, pois acabamos com o antigo lixão, criamos o aterro sanitário atendendo às normas sanitárias exigidas pela Cetesb [Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico] responsável pelo setor dentro da secretaria de Estado do Meio Ambiente e somos referência regional nessa área, pois além de resolvermos os problemas criados pelos entulhos retirados de obras, criamos empregos para os catadores de lixo com a coleta seletiva", diz o prefeito Nestorzinho.



Carnaval fora de época reúne centenas de turistas de todo o País



Progresso gera novos empregos para a cidade

A cidade passa por transformações no sistema econômico, dividindo os empregos entre os setores agrícola e industrial

Por CAMILA ANCONA

Boracéia vive hoje uma nova perspectiva para o futuro da cidade. Há cerca de três anos, o município que se localiza a 337 quilômetros da Capital do Estado, vem experimentando a sensação de progresso com a vinda de seis empresas, algumas ainda em fase de implantação. Essa mudança para a industria-

lização, numa cidade que anteriormente tirava sua renda apenas da agricultura, agora a divide com a economia industrial, que irá gerar até o final da implantação de todas as empresas, 742 empregos diretos, aproveitando a mão-de-obra agrícola, especialmente da cana-de-açúcar, em uma cidade que tem população de menos de quatro

mil habitantes.

"Nós percebemos que houve mudança na cultura das pessoas do município, devido à especialização dos profissionais, para poderem trabalhar nas indústrias", afirma o prefeito Wilson Sipione. Ainda de acordo com o prefeito, a presença das empresas no município aumentou a arrecadação de



Prefeito Wilson Sipione

ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e criou perspectivas para os jovens de Boracéia. "Nossa idéia era aproveitar essa mão-de-obra que estava ociosa e que, provavelmente, iria sair daqui a procura de emprego nas grandes cidades". Cerca de 80% dos empregos gerados são realizados por jovens de 16 a 25 anos. Outra preocupação do município foi com o fator social, para que estes jovens não ficassem nas ruas. "Estamos fazendo contatos para que sejam instaladas mais empresas futuramente. Nós vamos crescer com os pés no chão, de forma gradual e com uma boa infra-estrutura", conta Sipione.

Para Fábio Cassiano, de 18 anos, a vinda da empresa em que trabalha atualmente foi um alívio, já que ficou desempregado por dois meses, devido à falência da indústria em que trabalhava. "Estou aqui há uma ano e meio e se eu não arrumasse nada na cidade, provavelmente iria procurar

serviço em municípios próximos." Cassiano, que trabalha na área de produção da empresa e possui o segundo grau completo, diz que pretende conquistar seu patrimônio com o trabalho e, se possível, fazer um curso do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que está em fase de construção e terá cursos profissionalizantes de modelaria, mecânica de usinagem (tornearia e ajustagem), costura industrial e informática. O crescimento das indústrias também beneficia a população boraciense, como é o caso da ampliação de uma empresa instalada há dois anos na cidade, que irá investir cerca de um milhão e meio de dólares gerando mais 100 vagas. Essa política empreendedora desenvolvida nesta administração rendeu para o município, em 2002, o título da segunda cidade que mais recebeu investimentos entre as cidades da região – Jaú, Bariri, Barra Bonita e Itapuí – segundo o governo do Estado de São Paulo.

Foram investidos em Boracéia cerca de oito milhões e meio de reais por empresas particulares.

Música para todos

Antigamente, todas as escolas estaduais tinham na grade curricular aulas de música. Com o passar dos anos, essa matéria foi eliminada e muitos especialistas e mís-

Instalação do Senai cria perspectivas de novos empregos

cos conceituados realizam campanhas para que ela volte para os currículos escolares. Em Boracéia isso não será necessário.

Antecipando-se na educação escolar o município instituiu, há três anos, aulas de música e canto para



Cozinha industrial oferece cursos para famílias carentes

crianças da Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente, que atende 210 crianças de quatro a seis anos.

A professora Jordana Pítom, diz que os alunos aprendem a tocar instrumentos de percussão e canto. "Eles adoram porque tudo é passado como uma brincadeira que desperta a curiosidade, além de estimular a coordenação motora." As crianças também têm aulas de inglês e computação.

Trabalho social eficiente

Outro ponto forte do município é o trabalho social. Uma das ações que deu certo foi a reformulação da cozinha-piloto, que centralizou a produção de alimentos das creches e escolas, "além de ser mais econômico, porque reduzimos alguns funcionários, e também porque ficou mais higiênico", afirma o prefeito.

A cozinha industrial realiza cursos gratuitos de pizzas, pães e reapro-

veitamento de alimentos para as famílias carentes do projeto Renda Cidadã, do governo estadual, e que atende cerca de 30 famílias.

A coordenadora da ação social, Rita Aparecida Lanza Sipione, diz que os trabalhos da área vão desde

**Cursos
gratuitos
contemplam
famílias
carentes**

a ajuda para complementação alimentar até doações de peças íntimas para as famílias de baixa renda, e também cortes de cabelos. "Atendemos cerca de 400 pessoas por mês, com doações que permitem uma qualidade de vida maior, porque nós percebemos que as mães que trabalham na lavoura não têm possibilidades para

garantir tais procedimentos."

Muitos projetos dos governos estadual e federal precisam ser complementados. "Nós ajudamos com o restante para não deixar de fora algumas famílias que necessitam muito do auxílio", argumenta a assistente social Rosana Aparecida Bodoni Massucato.

A prefeitura realiza um importante trabalho para dar continuidade e eficiência aos estudantes de Boracéia. Dois ônibus transportam 98 alunos gratuitamente para as cidades que possuem universidade, como Bauru. Os 800 alunos da rede estadual de ensino também recebem o serviço.

A cidade de Boracéia, com seus 3.739 habitantes – 3.283 na zona urbana e 456 na rural – possui saneamento básico completo, cerca de 100% de água, luz, esgoto, guia, sarjeta e asfalto na área urbana da cidade.

"A cidade está numa rota de desenvolvimento e com uma cultura comercial muito maior. Estamos

História baseada na vinda de imigrantes europeus

Boracéia tem sua História baseada na vinda de imigrantes europeus. O município surgiu por iniciativa de Eugênio Burjato, italiano de Revigo, em 1895. Burjato tinha a ideia de vir para as terras brasileiras, pois corriam informações que o País era muito produtivo. Com isso, muitos vieram ao Brasil com o intuito de trabalhar por tempo determinado e fazer fortuna para depois voltar a sua terra natal. Porém o italiano montou residência

na cidade e não saiu mais. Em 1916, depois de ganhar algum dinheiro na lavoura, adquiriu uma área de um alqueire e meio de um fazendeiro. Posteriormente, instalou máquina de arroz, olaria, casa comercial e construiu a capela na cidade. Com a ajuda de outras famílias constituiu um distrito, pois já havia loteamento com abertura de ruas e praças que depois tornou-se município, com sua emancipação política em 1959.

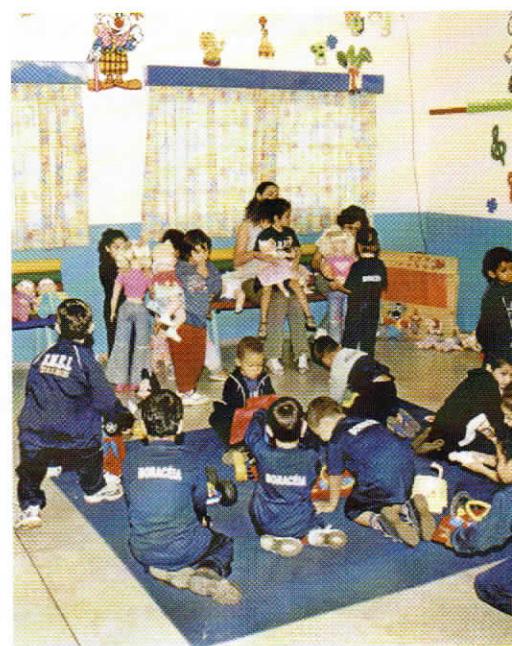


pensando no futuro e criamos condições para que ela cresça cada vez mais", completa Sipione.

Farmácia e saúde gratuitas

Oferecer formas alternativas de atendimento no setor de Saúde, foi uma das preocupações do prefeito Sipione. A população da cidade de Boracéia foi beneficiada com a implantação de uma farmácia de manipulação, que comercializa medicamentos a preço de custo, incluindo apenas no valor, os gastos com a manutenção do local. "Atendemos as famílias carentes. Muitas pessoas de outras cidades também vêm para cá, em busca

destes produtos por terem preços mais acessíveis", conta o prefeito. Outra ação da atual administração municipal foi a contratação de mais profissionais para o posto de saúde sendo: um médico e um dentista, além da compra de equipamentos de última geração que possibilitam a prevenção de doenças e uma melhor qualidade de vida aos moradores da cidade e da região que também são atendidos em Boracéia. O programa Médico da Família foi criado há três anos no município e, futuramente, será inaugurado um pronto-atendimento hospitalar, que já se encontra em fase de construção, e que funcionará 24 horas.



Mais de 200 crianças atendidas pela Educação Infantil

Rent a Micro®

Locações

Videowall



TV Plasma



Filmadoras



Coloque seu evento em evidência

Organizadores, montadores e expositores, temos equipamentos de última geração que irão atendê-los plenamente.

Projetores



Micros



Sonorização Completa

Canhões de Luz

Notebooks

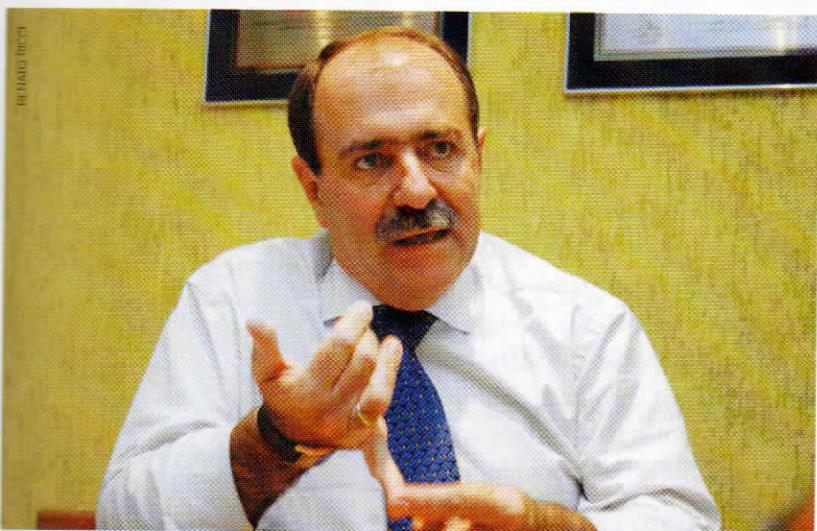
Consulte-nos

Plantão 24Hs.: SP (11) 7819-3282 - ID 35109
(11) 3105-2464 / 3106-7794
rentamic3@rentamicro.com.br

Plantão 24Hs.: RJ (21) 7812-8397
Fax: (11) 3105-1990
www.rentamicro.com.br

Plantão 24Hs.: SP (11) 7819-3281 - ID 35108
(11) 3105-1864 / 6779
rentamic@rentamicro.com.br

Prefeitos exigem critérios para estâncias



Deputado João Caramez, autor do projeto que institui critérios para criação de estâncias

Prefeitos de cidades-estância do Estado, se reuniram na Assembléia Legislativa para pressionar o colégio de líderes da casa a acelerar a votação de um projeto de lei complementar de autoria do deputado João Caramez (PSDB), que estabelece novos critérios para a criação de estâncias.

O objetivo da propositura é frear a tentativa de prefeitos que querem ver seus municípios transformados em estância. Caso seja aprovada e sancionada pelo governador Geraldo Alckmin, as prefeituras deverão cumprir uma série de exigências para que os processos sejam concluídos.

Atualmente existem no Estado 67 cidades-estância, que recebem repasses oriundos do Dade (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias). Esta verba orçamentária deve ser obrigatoriamente investida no setor de turismo.

Os prefeitos pertencentes à Aprecesp (Associação das Prefeituras de Cidades-Estância do Estado de São Paulo), são favoráveis ao projeto. Eles querem defender o "bolo" destinado às estâncias já existentes. Para o presidente da associação e prefeito de São Sebastião, no litoral norte do Estado, Paulo Julião (PSDB), o projeto de lei é "oportuno". "É importante que as cidades de fato tenham um fluxo permanente de turistas e o projeto apenas define novos critérios que contemplam também cidades que possuem turismo ecológico", afirmou Julião.

O projeto que passou pelas comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Municipais, e está na ordem do dia aguardando votação desde o final do ano passado. "Temos que barrar essas cidades, pois estamos num verdadeiro processo de industrialização das estâncias", acentuou o deputado Caramez.

Para ele, cerca de 90% dos projetos de municípios que querem obter a classificação, e que hoje já são mais de cem, são eleitoreiros.

A criação de novos critérios, segundo o deputado, surgiu para que os municípios postulantes tenham uma verdadeira vocação turística. "Enquanto o projeto não é apreciado, corremos o risco de mais municípios encaminharem projetos querendo se tornar estâncias", alertou. Para ele, existem cidades que não têm as mínimas condições de se tornarem estâncias. "O Fundo das Estâncias é constituído de 10% da receita líquida própria do município. O governo do Estado tira do tesouro e devolve para a cidade", assegurou. O projeto de Ici, elaborado pela Frente Parlamentar Pró-Turismo Paulista e por técnicos da Coordenadoria de Turismo do Dade, prevê que, a cada oito anos, os municípios que receberem o título de estâncias passarão por uma avaliação revisional. As leis que os classificam poderão ser ratificadas ou revogadas, no caso de irregularidades, ocasionando a perda dos repasses de verbas. "Nossa projeto de lei prevê uma revisão a cada oito anos dos títulos concedidos às cidades-estância. É preciso mensurar, periodicamente, se estas cidades estão cumprindo os requisitos necessários. As cidades religiosas, por exemplo, têm um fluxo elevado de turistas e nem por isso qualquer uma delas é considerada ou recebeu o título de estância", explicou o deputado.

São Paulo sediou mais uma Urbis

A Urbis - Feira e Congresso Internacional de Cidades ocorreu mais uma vez na capital do Estado entre 14 e 18 de junho e, pela primeira vez, contou com a presença do presidente da República em sua abertura. O evento promoveu debates sobre gestão de cidades e políticas públicas e em sua programação contou com apresentações culturais de diversos países. A cidade de São Paulo tornou-se um verdadeiro ponto de encontro de 150 delegações estrangeiras e representantes das principais cidades do mundo. A Urbis é composta pelo Congresso, palco de debates sobre projetos e políticas públicas e pela feira, com exposições de prefeituras e estandes que apresentam projetos, produtos e serviços para administrações públicas. Em sua terceira edição (as anteriores foram realizadas em 2002 e 2003) a feira e o congresso receberam um público diversificado: estudantes, pes-

quisadores, professores e, grande parte dele interessou-se especialmente pela programação cultural apresentada.

A Urbis é uma feira que nasceu para compartilhar as experiências entre as cidades por meio de gestores públicos e técnicos do Brasil

Segundo a opinião dos organizadores, os municípios são um grande mercado. "O Brasil tem 5.500 cidades e a demanda por produtos e serviços é muito grande. As compras deste segmento giram em torno de 130 mil dólares por ano", informou Evaristo Nascimento, diretor da Alcantara Machado, uma das organizadoras do evento. Na versão 2004, a feira contou com representações de diversas cidades estrangeiras dentre elas: Paris, Pequim, Buenos Aires, Bangkok, Calcutá, Milão, Lisboa, Montevidéu, Beijing, Cidade do México, Jericó, Madrid e Kampala e até uma representação da União Européia. Em todos os estandes destas cidades, universidades, ONGs (organizações não-governamentais) e empresas apresentaram programas implantados e que surtiram eficácia nestas cidades, além de produtos e serviços para o setor público.

Segundo a direção do evento, cerca de 30 mil pessoas dos mais diferentes segmentos estiveram presentes ao pavilhão branco do centro de eventos do Expo Center Norte.



Estandes de diferentes cidades do mundo na Urbis 2004

e do mundo, que discutem os problemas urbanos. O tema apresentado e debatido este ano foi "Cidades e regiões metropolitanas: estratégias para o seu desenvolvimento".

Governo quer fim do embargo às carnes

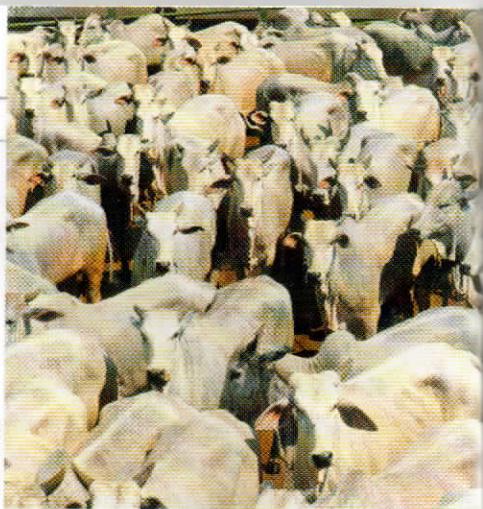
O ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informou, no último dia 24 de junho, que o secretário da Agricultura da Argentina, Miguel Campos, afirmou, durante contato telefônico, ter determinado ao Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar (Senasa) a análise imediata dos documentos relativos à descoberta de um foco de febre aftosa no município de Monte Alegre (PA), divulgado em meados de junho.

As informações foram enviadas pelo governo brasileiro às autoridades do país vizinho. Campos também confirmou, segundo o ministério, ter recebido em Buenos Aires todos os documentos so-

licitados. A embaixada da Argentina em Brasília também acusou o recebimento dos documentos e seu posterior encaminhamento ao ministro Campos.

O ministério informou também que recebeu a confirmação de que houve divulgação equivocada pela imprensa argentina sobre o caso de aftosa no Brasil, confundindo o Estado do Pará (Norte) com o Estado do Paraná (Sul), o que contribuiu para a decisão de suspender as importações de carne brasileira. Entretanto, não foi confirmada a informação prestada pelo conselheiro da embaixada russa em Brasília, Alexey Labetsky, de que a suspensão do embargo às carnes

IPS & IMAGES



Informações equivocadas provocam embargo de carne

brasileiras seria anunciada. Labetsky afirmou que o governo russo havia solicitado, junto à embaixada brasileira em Moscou, informações complementares sobre o foco de aftosa no Brasil. A conselheira Kátia Gilabert, responsável pela área agrícola da embaixada brasileira em Moscou, disse não ter recebido qualquer pedido de informações por parte das autoridades russas.

Nova central na Câmara

Foi inaugurada a nova Central de Comunicação Interativa da Câmara dos Deputados. A antiga central, que estava em operação desde 1998 e utilizava ramais compartilhados, passou por uma reestruturação tecnológica para ampliar sua capacidade de recepção e atender à demanda do seu público, que, em tese, são 180 milhões de cidadãos. O Disque-Câmara (0800 619 619) conta agora com estrutura própria, de última geração.

De acordo com a diretora de Relações Públicas Silvia Mergulhão, com a nova configuração será possível aprimorar os processos de atendimento e reduzir o número de ligações perdidas, estabelecendo um canal aberto para que a Câmara atue de forma afinada com o interesse dos cidadãos. "Recebemos opiniões, críticas, sugestões, reclamações, denúncias, mensagens para os deputados", informa.

Agricultura gera empregos

A agricultura gerou 155.786 novos empregos formais diretos nos primeiros cinco meses de 2004, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O setor, responsável por 15,1% das vagas abertas com carteira assinada no País, teve um desempenho 6,7% superior ao registrado em igual período de 2003. Somados aos postos abertos nos setores de madeira, borracha, fumo, couros, têxtil, alimentos e calçados, que também compõem o agronegócio brasileiro, os novos empregos chegaram a 324 mil entre janeiro e maio deste ano. O saldo acumulado por esses setores atingiu 317.352 vagas. O Caged é formulado a partir das informações enviadas pelas empresas ao ministério do Trabalho sobre seus empregados. O Caged mostrou ainda que o emprego no interior do País continua a crescer mais do que nas regiões metropolitanas. Nos pequenos e médios municípios, foram criados 181,9 mil empregos. O desempenho pode ser explicado pelas admissões realizadas nas indústrias de alimentos e bebidas.

Acordo com a China garante comércio de soja

O acordo assinado pelo Brasil com a China estabeleceu um nível de confiabilidade que deve garantir o fluxo de comércio de soja entre os dois países. A informação é do secretário de Defesa Agropecuária do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mário Tadano, que no último dia 25 de junho apresentou balanço das negociações com as autoridades chinesas, que resultaram no fim do embargo às importações de soja brasileira.

"As autoridades chinesas confiaram nas informações de que houve

aplicação de normas rígidas, estritas e internacionalmente aceitas para assegurar padrões sanitários nas cargas de soja embarcadas para a China", destacou Tadano. Segundo ele, o padrão brasileiro aceita a presença incidental de semente tratada com fungicida num patamar que não prejudica a qualidade do produto. "Os chineses entenderam esse conceito e que a presença não-intencional de resíduo não traz prejuízos à saúde pública", reforçou. Acrescentou que dentro das condições existentes no comércio mundial de soja, é

possível que haja a mistura acidental de sementes tratadas.

Tadano relatou os encontros com representantes do ministério da Quarentena da China, quando foram detalhadas as medidas do governo brasileiro tornando mais rigorosa a fiscalização, para garantir a qualidade do produto. Após isso, o governo chinês decidiu reabilitar as empresas exportadoras. Mário afirmou também que os países vão trocar métodos de amostragem e inspeção do produto e fez um alerta aos produtores brasileiros: "Semente tratada é só para plantio, jamais para consumo, interno ou externo".

Mapa libera R\$ 500 milhões para o café

Desde o último dia 15 de julho, as agências do Banco do Brasil começaram a liberar os R\$ 500 milhões destinados ao financiamento da estocagem de café da safra 2004/2005, conforme informou o secretário de Produção e Comercialização do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Linneu da Costa Lima. Ele anunciou ainda que no próximo mês o governo vai liberar mais R\$ 300 milhões para estocar o produto. Os recursos são oriundos do Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira), das exigibilidades bancárias e de outras fontes.

Até agora, o agente financeiro já liberou R\$ 500 milhões para a estocagem do café, de um montante de R\$ 1,3 bilhão. Segundo Linneu, os demais agentes do sistema nacional de crédito rural estão colocando à disposição do setor cafeeiro outros R\$ 280 milhões.

O secretário ressaltou também que serão destinados R\$ 2,15 bilhões para colheita e comercialização da atual safra. "Os recursos são suficientes para a estocagem de 12 milhões de sacas do produto, o que garantirá a sustentação de preço ao setor".

Delta
Veículos Especiais Ltda

- Veículos Especiais
- Ambulâncias / Resgate UTI
- Ônibus Odontológico Médico
- Equipamentos Hospitalar
- Medicamentos
- Uniformes Profissionais

Camisetas e bonés políticos



O maior estoque
com o melhor preço

Entregamos para todo o Brasil



Rua 24 de maio, 412 - Cj. 1301 Centro 80230-080 Curitiba - PR
Telefone: (41) 222-4444 / 323-3868 - Fax (41) 232-8043
e-mail: deltapr@terra.com.br

Imprensa Oficial do Estado e Tacrim lançam e-acordao

O novo produto eletrônico permitirá o acesso imediato e com segurança digital aos acórdãos do Tribunal Criminal



Novo produto integrará o banco de dados de documentos de acórdãos do Tribunal de Alçada...

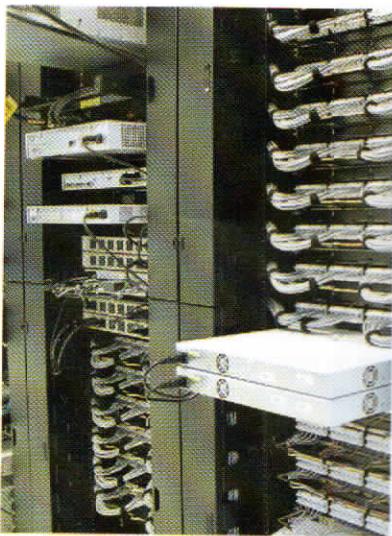
FOTOS: DIVULGAÇÃO/IMPRENSA OFICIAL

Até o Tribunal de Alçada Criminal, pedir vistas do processo publicado no Diário Oficial e obter uma cópia do acórdão era necessário até agora para recuperar o documento desejado. Todo esse procedimento estará simplificado com o lançamento do *e-acordao*, o novo produto eletrônico que disponibiliza os acórdãos do TACRIM (Tribunal de Alçada Criminal) integralmente na internet. Além disso, os documen-

tos terão os controles de segurança da informação oferecidos por meio da Tecnologia e Certificação Digital da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Como outros produtos eletrônicos criados pela Imprensa Oficial, o *e-acordao* tem o objetivo de facilitar a recuperação das informações publicadas nos cadernos do Diário Oficial, tornando-as mais acessíveis aos interessados. Com este novo ser-

viço, o banco de dados de documentos de acórdãos do Tribunal de Alçada Criminal estará integrado diretamente ao Diário Oficial eletrônico e ao *e-justitia* (*clipping* de publicações dos caderhos do Diário Oficial relativos ao Judiciário e ao Tribunal de Contas). A pesquisa ou o *link* das publicações na internet tem como base o número do processo e a combinação do número de rolo e *flash* do microfilme divulgado



Os interessados poderão adquirir créditos para consultas

pelo Tribunal. Na área dos acórdãos estão incluídas sentenças e resoluções de recursos em tribunais coletivos, administrativos ou judiciais. Os interessados poderão comprar créditos pelo site www.e-acordao.com.br/

<http://www.e-acordao.com.br>, que permitirão a pesquisa e a recuperação dos documentos de acórdãos com assinatura digital e carimbo de tempo. Para cada processo publicado no Diário Oficial, haverá um *hyperlink* apontando para o respectivo acórdão. O cadastramento feito pelo *site* é gratuito, mas cada crédito ou acórdão custará R\$ 10,00 e poderá ser pago por meio de boleto bancário ou cartão de crédito.

Choque de gestão caminha para a reforma do Judiciário



...Criminal ao Diário Oficial eletrônico e ao e-justitia

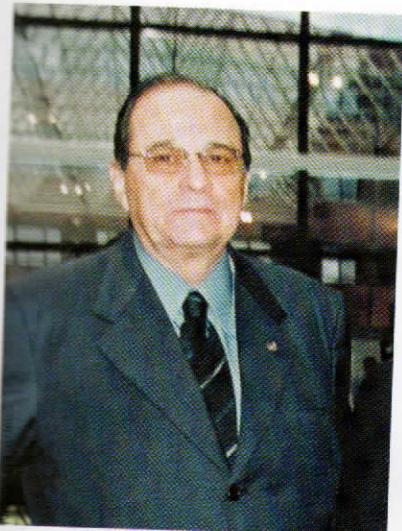
Destacando a agilidade da justiça virtual, José Renato Nalini, juiz presidente do Tribunal de Alçada Criminal, comenta a novidade: "Logo após ao projeto piloto de instauração da *lide* virtual, em parceria com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), e à implementação da rede lógica mediante contribuição do banco Nossa Caixa, o choque de gestão deste biênio caminha a passos largos para a verdadeira reforma do Poder Judiciário. Aquela que se faz com vontade, criatividade, ousadia e muito empenho.

Arnaldo Madeira, secretário de Estado da Casa Civil e responsável pelo programa de Governo Eletrônico no Estado de São Paulo, esclarece os benefícios práticos do novo serviço: "Além de evitar a ida ao Tribunal de Alçada Criminal e economizar tempo, a pessoa interessada recebe o arquivo eletrônico com o respectivo certificado digital, que é a forma mais segura de identificação do usuário na internet".

Hubert Alquéres, presidente da Imprensa Oficial, ressalta: "A Tecnologia de Certificação Digital empregada no sistema de segurança de entrega de documentos do e-acordao garante a proteção necessária e essencial a este serviço eletrônico ao implementar os princípios de autenticidade (identificação de autoria ou fonte) e integridade (controle de eventuais alterações, depois de gerado o documento)". Os interessados podem obter maiores informações pelo telefone (11) 6099-9500.

Executivo paulista solicita parecer sobre benefícios

Prefeitura do Estado de São Paulo quer sanar dúvidas quanto a benefícios que devem ou não ser concedidos a secretários municipais



Antonio Sérgio Baptista¹:
Secretários são beneficiados

I lustre Prefeito paulista apresentou-me consulta a respeito do tema acima ementado e ao final, formula quatro quesitos:

- Têm os secretários municipais direito à percepção dos benefícios sociais listados no art. 7º, VIII (13º salário) e XVII (férias anuais com acréscimo de 1/3 em pecúnia), da Constituição Federal?
- Caso positivo, a concessão desses direitos depende de lei municipal?
- Se prescindível, são eles devidos desde a nomeação para o cargo?
- Qual o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no tocante aos Municípios que já conferem aludidos direitos aos secretários municipais?

Parecer

Em face da consulta, e antes de tudo, convém fixar alguns conceitos fundamentais para a correta interpretação do regramento constitucional que disciplina as questões postas, começando por lembrar o magistério de Carlos Maximiliano, nosso mestre maior da hermenêutica: "Deve o Direito ser interpretado inteligentemente: não de modo que a ordem legal envolva um absurdo, prescreva inconveniências, vá ter a conclusões inconsistentes ou impossíveis." (*In Hermenêutica e Aplicação do Direito*, Forense, 12ª edição, p. 166).

Além disso, a interpretação de qualquer dispositivo constitucional não pode ser meramente literal. Indispensável que seja sistemática, isto é, deve abranger a Constituição como um todo aberto, observando o artigo 2º - no caso de dúvida, abstenha-se; artigo 3º - se é urgente, espere; artigo 4º - sempre é mais prudente não fazer coisa alguma. (*apud, Revista Trimestral de Direito Público*, Malheiros, 25/1999, p. 21).

Porém, não é bem este o trabalho do intérprete responsável. Deve ele estar voltado para a busca da solução mais adequada às questões suscitadas, começando por determinar o exato alcance da expressão parcela única, tanto quanto da re-

gra de restrição colocada na norma constitucional de regência do subsídio daqueles nela nomeados, dentre os quais se incluem os secretários municipais.

A Constituição Federal, ao determinar a fixação do subsídio em parcela única, está, claramente, querendo dizer que não admite o acréscimo de qualquer outra parcela remuneratória ao subsídio único, afastando de vez o sistema anterior à Emenda 19, que permitia o pagamento concomitante de remuneração fixa e variadas vantagens pecuniárias, previstas em legislação específica que acabavam por gerar injustiças e desigualdades. Portanto, resta evidente que o acréscimo de quaisquer vantagens pecuniárias, de ordem pessoal, ao subsídio dos secretários municipais, ainda que detentores de cargos efetivos na Administração, não se coaduna com a regra do parágrafo 4º do artigo 39 de nossa Lei Magna.

A vedação se reforça, a toda evidência, até por analogia com as regras dos incisos II e III do artigo 38, que colocam em situações diametralmente opostas os prefeitos e vereadores, assegurando para estes, desde que haja compatibilidade de horários, o recebimento do subsídio cumulado com a per-

cepção das vantagens pecuniárias de ordem pessoal e facultando, para aqueles, a opção entre subsídio ou remuneração do cargo, emprego ou função.

Mas, em qualquer hipótese, por força de comando inscrito no parágrafo 3º do artigo 39 da Carta Federal, fica estendido a todos os ocupantes de cargos públicos, desde que não detentores de mandatos, um certo número de direitos sociais, dentre aqueles garantidos aos trabalhadores em geral pelo artigo 7º da Constituição que, para ficarmos na questão em debate, assegura: o décimo terceiro salário (inciso VIII) e o gozo de férias anuais remuneradas, com pelo menos 1/3 a mais do que o salário normal (inciso XVII), restando evi-

dente que tais direitos são outorgados, também, aos secretários municipais que, muito embora pertencentes à categoria dos agentes políticos, fazem parte do gênero agentes públicos e, como bem lembra o saudoso Hely Lopes Meirelles, em sua obra clássica *Direito Municipal Brasileiro* "a Carta Magna, para fins de tratamento jurídico, coloca-os como se fossem servidores públicos, sem embargo de os ter como agentes políticos." (*op. cit.*, Malheiros, 12ª edição atualizada, p. 555).

Em virtude do alto sentido social do dispositivo, observa Diogo de Figueiredo Moreira Neto, as expressões "servidores" e "ocupantes de cargo público" devem aqui ser tomadas em seu sentido am-

plo, incluindo os que percebem subsídios no desempenho de cargo público... (*apud, Apontamentos sobre a Reforma Administrativa*, Renovar, edição 1999, p. 78). Portanto, apesar do comando inscrito no parágrafo 4º do artigo 39 falar em parcela única, resta claro que a vontade do legislador constituinte derivado, em face de outros dispositivos da Constituição de 1988 que preservaram sua redação original, foi vedar qualquer acréscimo de natureza remuneratória à parcela única fixada a título de subsídio sem impedir, no entanto, a percepção de outras verbas pecuniárias asseguradas constitucionalmente aos trabalhadores em geral, até porque, parafraseando o insuperável mestre Hely

INADEC

Instituto Nacional de Desenvolvimento Educacional e Cultural

**CAPACITAÇÃO PARA
PROFESSORES E SERVIDORES,
ORGANIZACIONAL & OCUPACIONAL**

(11) 3107-5236 / 3106-2763 - Fax: 3105-1990
www.inadec.com.br - e-mail: inadec@inadec.com.br

RESF

ESSA É A MARCA DO GOVERNO

ESPERANÇA

PARA OS CIDADÃOS QUE MAIS PRECISAM.

Os programas Viva Leite e Renda Cidadã, as Frentes de Trabalho e os restaurantes Bom Prato ajudam famílias de baixa renda a terem uma vida melhor.



TRANSPARÊNCIA

NA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO.

A Bolsa Eletrônica de Compras, o Pregão Presencial e o Centro Integrado de Administração do Estado são exemplos de economia e seriedade no uso do dinheiro público.



RESPONSABILIDADE

PARA CUIDAR DA SEGURANÇA DA POPULAÇÃO.

Mais 20 mil policiais nas ruas, 11 mil novas viaturas e uma polícia mais forte e bem treinada: é o esforço para proteger o cidadão e combater a criminalidade.



DE FITO.

DO ESTADO DE SÃO PAULO.

PERSPPECTIVAS

DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA.



O apoio às micro e pequenas empresas, a redução de impostos, o incentivo à exportação e grandes obras em todo o Estado ajudam a criar novos postos de trabalho.



DISPOSIÇÃO

PARA TRABALHAR E GERAR TRABALHO.

Obras de expansão do Metrô e Projeto Integração Centro da CPTM: melhoria nos transportes. Projeto Novo Tietê: a maior obra de saneamento do país. Mais desenvolvimento e postos de trabalho para São Paulo.



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

5º CBTIM

CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS

30 Nov
a 02 Dez
2004

FREI CANECA SHOPPING & CONVENTION CENTER - SÃO PAULO - CAPITAL
5ª EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIAS.

5ª versão do Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios - CBTIM, promovido pela Associação Paulista de Municípios - APM, com o apoio de entidades nacionais, estaduais e regionais e que visa oferecer aos gestores públicos municipais as ferramentas da tecnologia da informação, imprescindíveis para a modernização, transparência e inclusão social, mais do que digital.

VENHA PARTICIPAR DESTE GRANDE EVENTO !

Promoção



Avenida Rebouças, 2499
Jardim América
São Paulo - SP
www.apaulista.org.br
apaulista@apaulista.org.br